

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

**ASCENSÃO DE JOÃO DORIA E ROMEU ZEMA EM SÃO PAULO E MINAS
GERAIS E A CRISE DO PSDB COMO INTERMEDIÁRIO DAS CLASSES
DOMINANTES**

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo

2021

RAPHAEL PICOLO CORACCINI

**ASCENSÃO DE JOÃO DORIA E ROMEU ZEMA EM SÃO PAULO E MINAS
GERAIS E A CRISE DO PSDB COMO INTERMEDIÁRIO DAS CLASSES
DOMINANTES**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de
MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação da
Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Michalany Chaia.

SÃO PAULO

2021

RAPHAEL PICOLO CORACCINI

**ASCENSÃO DE JOÃO DORIA E ROMEU ZEMA EM SÃO PAULO E MINAS
GERAIS E A CRISE DO PSDB COMO INTERMEDIÁRIO DAS CLASSES
DOMINANTES**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a. Vera Lucia Michalany Chaia (Orientadora)

Prof. Dr. Rafael de Paula Aguiar Araújo

Prof. Dr. Claudio Luis de Camargo Penteado

Fica o agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações pelo financiamento que permitiu a dedicação necessária à condução e conclusão deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é estudar as condições existentes na sociedade e no ambiente político institucional brasileiros para a ascensão de duas figuras: os empresários João Doria Jr. (Grupo Lide) e Romeu Zema (Grupo Zema). Ao longo desta dissertação, será investigada a ascensão e queda do que aqui será chamado de “intermediários” dos interesses políticos das classes dominantes do país, e a consequente ascensão de membros dessas classes a posições de destaque na política institucional, tendo como foco especificamente as eleições de 2018 no âmbito do Executivo Estadual das unidades federativas de Minas Gerais e São Paulo, onde o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB foi soberano em parte dos anos 1990, 2000 e parte dos anos 2010, mas perdeu essa posição concomitantemente à ascensão de Zema e Doria.

Palavras-chave: Romeu Zema; João Doria; classes dominantes; PSDB; intermediários; poder político; poder econômico; bloco no poder; frações de classe; crise política

ABSTRACT

The general goal of this text is to study the rise and fall movement of what will be called here as intermediaries of the political interests of the country's ruling classes, and the consequent rise of members of these ruling classes to prominent positions in institutional policy, specifically focusing on the 2018 elections in the scope of the State Executive of the federative units of Minas Gerais and São Paulo, where the Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB was sovereign in part of the 1990s, 2000s and part of the 2010s. The proposal is to investigate the loss of capacity the intermediation of bourgeois interests in the institutional sphere by the PSDB and the existing conditions for the rise of two specific names: entrepreneurs João Dória Jr. (Grupo Lide) and Romeu Zema (Grupo Zema).

Keywords: ruling classes; PSDB; intermediaries; political power; economic power; block on power; class fractions; political crisis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1: PSDB COMO INTERMEDIÁRIO DAS CLASSES DOMINANTES EM SÃO PAULO E MINAS GERAIS.....	12
1.1. Origem dos intermediários no PSDB.....	16
1.2. Ascensão do PSDB em Minas Gerais.....	17
1.3. Hegemonia tucana no estado de São Paulo.....	19
1.4. Solidificação do PSDB como intermediário da burguesia.....	21
CAPÍTULO 2: A CRISE POLÍTICA DE 2013 E O ESGOTAMENTO DOS INTERMEDIÁRIOS.....	25
2.1. Mudanças no centro hegemônico da classe dominante.....	26
2.2. Projeto de intermediação e a burguesia associada (1995-2002).....	30
2.3. Projeto conciliador e a burguesia interna (2003-2016).....	31
2.4. Autonomia relativa do estado e crise política.....	36
2.5. Abandono da burguesia interna ao projeto conciliador.....	40
2.6. Intermediação no pós-crise.....	42
CAPÍTULO 3: DORIA E ZEMA - A BURGUESIA “SE FIXA NO MEIO DA POPULAÇÃO QUE DIRIGE”.....	45
3.1. Dividir para conquistar: a ascensão de Doria no PSDB.....	46
3.2. Campanha nacional de Doria.....	50
3.3. Recuo estratégico para o Executivo Estadual.....	53
3.4. Romeu Zema e o neoliberalismo radical.....	55
3.5. Capilaridade do nome e da imagem de Zema, o empresário.....	58

CAPÍTULO 4: O SELF-MADE MAN E A SUPOSTA SUPERIORIDADE MORAL DE QUEM “VIVE PARA A POLÍTICA”.....	61
4.1. Self-made men nos negócios e na política.....	64
4.2. Costa Doria e o acúmulo de capital desde o Brasil-colônia.....	66
4.3. Família Zema e o patrimonialismo no interior de Minas Gerais.....	69
4.4. Conversão de capital econômico em capital político.....	71
4.5. Predomínio da pauta empresarial na política institucional.....	73
4.6. Jair Bolsonaro como cabo eleitoral: o embalo na extrema-direita.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84

INTRODUÇÃO

Quando o PSDB e seu então presidente, Aécio Neves, investiram contra a eleição de Dilma Rousseff (PT) ao final de 2014, apelando ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que a chapa vencedora fosse impugnada, acentuou-se ali o desgaste da então presidente do país e de seu partido.

A crise política que – já contava com as manifestações de rua, os avanços da operação Lava Jato e a crise econômica - ganhou mais um componente que ajudaria no processo de destituição de Dilma Rousseff um ano e cinco meses depois.

A mesma crise política viria a alcançar Aécio Neves no ano seguinte, quando passou a ser investigado pela operação, que teve amplo apoio de Aécio e seus correligionários em suas primeiras fases.

O capital político de Aécio definhou rapidamente e ele foi eleito deputado federal em 2018 com pouco mais de 100 mil votos, uma fração dos quase 51 milhões de votos que conquistou na disputa com Dilma Rousseff quatro anos antes.

A crise política, que teve como a primeira vítima o Partido dos Trabalhadores, avançou sobre todo o espectro político até chegar aos que serão chamados nesta dissertação de “intermediários dos interesses das classes dominantes”, que teve o PSDB como principal representante desde a redemocratização.

Com a perda de capital político, esses intermediários abriram espaço, em alguns casos, para que membros das classes dominantes como os empresários João Doria e Romeu Zema abandonassem seus negócios privados para investir na política e ocupar o vácuo. Esse processo, que se desenvolve entre 2014 e 2018 mais vivamente, foi amplamente relatado pela imprensa e documentado nesta dissertação.

Para além da operação Lava Jato, manifestações de 2013 e crise econômica - que serão destrinchadas com mais detalhamento ao longo do trabalho -, outro motivo precisa ser destacado para compreensão do fenômeno de desgaste da política institucional: a luta entre frações da burguesia brasileira.

A teoria marxista dá subsídios para compreender essa luta entre frações da burguesia e como ela contribuiu para a deflagração da crise política brasileira. A leitura de Poulantzas foi fundamental como arcabouço teórico para compreensão da disputa pela hegemonia no que é chamado de bloco no poder, que reúne as diferentes frações da burguesia.

A necessária adequação dos conceitos de Poulantzas à realidade brasileira é feita por estudos produzidos por Boito e Farias, que bem explicam as diferenças de frações de classe dominante na sociedade brasileira, e indicam a luta entre as burguesias produtiva e financeira pelo centro hegemônico do bloco no poder, centro esse que garante que a fração que o ocupa imponha suas prioridades como as de toda a sociedade.

Se o PSDB foi o maior dos intermediários da burguesia financeira, a burguesia produtiva teve no governo do Partido dos Trabalhadores um aliado para que saísse de uma posição mais modesta no bloco no poder e passasse a disputar a hegemonia.

Esta dissertação avalia que PSDB e PT possuem relações diferentes com a burguesia, com o Partido dos Trabalhadores representando um projeto de conciliação de classes, e não mais de intermediação dos interesses da burguesia, como fez o PSDB enquanto governo entre 1995 e 2002.

Portanto, enquanto as frações da classe dominante disputam a hegemonia, a crise avança sobre a política institucional, deixando, em um primeiro momento, terra arrasada no maior partido da esquerda brasileira, o Partido dos Trabalhadores, para, em seguida, avançar sobre todo o espectro político, incluindo os partidos e políticos do campo conservador.

Em São Paulo, Geraldo Alckmin, eleito por três vezes governador, sofre um desgaste acentuado, e nas eleições de 2018 registra o pior resultado de um candidato do PSDB na história dos pleitos presidenciais.

Antes de mencionar a queda do PSDB, é necessário falar sobre a sua ascensão. O partido passa a ocupar posição relevante em âmbito nacional dentro do campo conservador no pós-ditadura pela sua força nos dois maiores colégios eleitorais do país: São Paulo e Minas Gerais, onde se estabeleceram como próceres da política nacional nomes com origem no mundo acadêmico ou no funcionalismo público.

Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Antonio Anastasia foram professores universitários de relevância. Geraldo Alckmin e Aécio Neves ocuparam, desde os primeiros anos de carreira, cargos importantes na gestão pública.

Com a exceção de Anastasia, todos disputaram eleições para a Presidência da República, com FHC vencendo duas vezes. Serra, Alckmin e Aécio perderam, mas levaram o partido ao segundo turno em todas as oportunidades.

Entre 2014 e 2016, esses estados deixaram de contribuir para a predominância do PSDB e ajudaram a fomentar uma reviravolta no campo conservador. Uma queda repentina e acentuada na popularidade de políticos tradicionais foi sucedida pela ascensão de nomes desconectados dessa *intelligentsia* conservadora.

Saíam os acadêmicos e tecnocratas para dar lugar aos homens de negócio.

João Doria e Romeu Zema emergem na política por caminhos diferentes. Doria foi apadrinhado por Alckmin e ascendeu apoiado no vasto capital político que o ex-governador e seu partido acumularam em São Paulo.

Por outro lado, Zema ascende sem o amparo de um padrinho político ou de um partido forte, e acaba eleito pelo Partido Novo, que, em 2018, conseguiu eleger apenas oito deputados federais entre 513. Em determinada medida, essa pequenez do partido favorece Zema diante de uma crise política aguda e a perda de credibilidade dos partidos e dos rostos já conhecidos da “velha política”.

Zema avança com o apoio de empresários como Salim Mattar, o homem que foi executivo da Localiza, uma grande empresa de locação de automóveis, em Minas Gerais, e depois viraria secretário de Desestatização no governo do presidente Jair Bolsonaro.

Zema também está amparado em sua fama no estado de Minas Gerais: o Grupo Zema, de varejo de eletroeletrônicos e outros bens duráveis e serviços, do qual ele foi executivo-chefe por mais de duas décadas, deu capilaridade à imagem e ao nome do empresário.

Doria se apresenta como representante da “nova política” ao mesmo tempo em que se beneficia do capital político de seus padrinho e partido.

A solução é fazer do seu discurso antipolítica um discurso antiesquerda, apresentando-se como o maior combatente contra uma decadente esquerda, que vinha sofrendo derrotas consecutivas desde o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

Com fortunas de R\$ 200 milhões e R\$ 70 milhões (dados do TSE de 2018), respectivamente, Doria e Zema se tornam financiadores de si mesmos em campanhas políticas. Isso faz deles, à vista da opinião pública, *self-made men* – homens que produzem a si mesmos –, além de empresários e gestores de sucesso.

No centro de uma profunda crise política, Zema e Doria se mostram, portanto, como aqueles que não dependem do sistema e que, por isso não precisam “viver da política” e de tudo que ela pode oferecer, segundo a percepção da opinião pública: estabilidade, salários altos e benesses dentro ou fora da lei. Eles podem, simplesmente, “viver para a política”.

Essa discreta distinção de preposições contém, na verdade, uma profunda discrepância aos olhos de Weber. Em *“Ciência e política: duas vocações”*, Weber afirma uma suposta superioridade moral da pessoa que é capaz de não depender de proventos para se doar à política institucional porque esta seria “economicamente independente das vantagens que a atividade política lhe possa proporcionar” (WEBER, 1967).

Para Weber, o homem que pretende atuar na política precisa estar “disponível”. “E, em tal sentido, o mais ‘disponível’ é o capitalista”.

A elaboração de Weber, na linguagem cotidiana, pode ser traduzida na expressão “ele não precisa roubar porque já é rico”. Doria e Zema, como “capitalistas” e “economicamente independentes”, são, portanto, para a opinião pública, homens com mais chances de resistir às tentações da corrupção. Em tempos em que a pauta anticorrupção decide eleições, isso se torna um importante trunfo.

Além de esmiuçar esse caldo de cultura que dá a Doria e Zema estofo para ocupar o vazio do campo conservador, essa dissertação investiga o que leva esses homens de negócio da classe dominante a se arriscarem na política.

Em *A Democracia na América*, Tocqueville menciona as características da burguesia industrial ascendente e repara que, nas relações de poder entre a classe possuidora e a classe trabalhadora, o capitalista, embora tenha controle pleno sobre a outra classe, “quase nunca se fixa no meio da população” que comanda.

Tocqueville afirma que, a “finalidade” da classe dominante não é governar a massa, “mas servir-se dela” (TOCQUEVILLE, 2014). Neste estudo, portanto, cabe investigar, entre outras questões, o que levou esses membros da classe dominante ao cenário da política institucional.

CAPÍTULO 1

PSDB COMO INTERMEDIÁRIO DAS CLASSES DOMINANTES EM SÃO PAULO E MINAS GERAIS

Maior partido conservador nas eleições presidenciais entre os anos de 1994 e 2014, o Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, surgiu em junho de 1988 como partido dissidente do PMDB¹, e tendo como figuras fundantes políticos oriundos da academia e do funcionalismo público, entre eles, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas. O partido surgiu já com 37 deputados federais e sete senadores, a maior parte deles eleita ainda pelo PMDB (Verbetes do portal CPDOC/FGV).

Apesar do nome, o partido não se posiciona dentro do conceito de socialdemocracia². Em seu programa de fundação, o PSDB admitia que não se reservava ao conceito fundante da vertente política que levava em seu nome. O partido se apresentou como “amplo bastante para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo — por exemplo, liberais-progressistas, democratas-cristãos, sociais-democratas, socialistas-democráticos”.

Mesmo a declaração oficial do partido é insuficiente para posicioná-lo dentro do espectro político brasileiro. A definição do partido como pertencente ao campo conservador, apresentada por esta dissertação, é baseada principalmente na atuação da legenda enquanto eleita para o Executivo Nacional, em 1994 e 1998, e nas votações no Congresso Nacional ao longo das décadas de 1990, 2000, 2010 e começo dos anos 2020.

O PSDB se notabilizou durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) pelo agressivo programa de privatizações de empresas estatais; defesa de uma política monetária de aumento ostensivo de juros, com a Selic batendo 45% ao ano; refreamento dos

¹ O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) surgiu em 1979 como sucessor do extinto MDB (Movimento Democrático Brasileiro), único partido de oposição autorizado pela ditadura militar, nascido em 24 de março de 1966 após o Ato Institucional nº 2. A primeira versão do MDB foi criada e extinta junto com o bipartidarismo. Em 2017, o PMDB voltou a assumir a alcunha de MDB, desta vez, como estratégia de comunicação.

² O conceito de socialdemocracia utilizado no século 20 remonta a Eduard Bernstein e o reformismo evolucionista, que acredita ser possível a tomada de poder da classe trabalhadora por meio da conciliação e da mitigação da luta de classes, uma ruptura com relação a sua origem marxista, no século 19 (ANDRADE; 2006)

gastos públicos para pagamento da dívida externa, implementação do “ pilar macroeconômico”, subordinando o programa econômico à produção de superávits fiscais; e, como destaque, o processo de desregulamentação do trabalho e o consequente crescimento das desigualdades salariais no país. Percebe-se, ao fim dos anos 1990...

...uma queda generalizada do rendimento médio hora/trabalho. Comparando 1999 com 1992 (...) esse padrão se reproduz para grande maioria dos ocupados. Essas reduções de rendimento são encontradas em todos os setores de atividade e para a maioria dos níveis sócio-ocupacionais. (...) Observa-se, portanto, um empobrecimento geral dos ocupados ao longo dos anos 90, movimento que acabou por ser também acompanhado por um crescimento dos diferenciais de renda (DEDECCA, 2001)

A atuação do PSDB no Congresso Nacional mostra-se igualmente conservadora e posicionada junto aos interesses das classes dominantes brasileiras, com destaque para alguns pontos como: voto da maioria dos seus parlamentares pela aprovação da independência do Banco Central em 2021; defesa e aprovação das reformas trabalhista e previdenciária em 2017 e 2019, respectivamente; defesa e aprovação da lei de limitação dos gastos sociais (PEC do Teto de Gastos), em 2016; na crítica aos programas sociais como Bolsa Família ao longo dos anos 2000 e parte dos anos 2010; entre outras questões.

Além disso, é importante destacar a postura do partido nas eleições nacionais de 2018, quando já não era protagonista no projeto político das classes dominantes: houve uma adesão de membros do partido à candidatura do projeto fascista de Jair Bolsonaro em 2018 e à política ultraliberal de Paulo Guedes, ministro da Economia de Bolsonaro. Entre eles, João Doria, que foi eleito governador por São Paulo, e Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, que disputaram as prévias do partido em 2021 para as eleições nacionais de 2022³.

A sustentação política do PSDB como principal partido conservador entre 1994 e 2014⁴ em âmbito nacional se deve à sua capacidade de articular os interesses da fração mais poderosa

³ As prévias presidenciais do PSDB para 2022, disputadas nos dias 21 e 27 de novembro de 2021, foram vencidas por João Doria, com 53,99% dos votos, que conquistou o direito de concorrer à presidência pelo PSDB no ano seguinte. Eduardo Leite teve 44,66% dos votos e o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio Neto ficou com 1,35%.

⁴ Ainda que o PMDB possa ser classificado igualmente como partido conservador e tenha maioria no Parlamento e nas eleições municipais desde a redemocratização, o PSDB é apontado aqui como o principal partido conservador em âmbito nacional entre 1994 e 2014 por dois motivos centrais: porque mostrou-se mais unido na defesa dos interesses das classes dominante, enquanto o PMDB mostrou-se mais fisiológico, aderindo, inclusive, ao projeto progressista do PT em determinados momentos; e porque apresentou candidatos mais fortes nas eleições presidenciais no período, sendo o grande porta-voz dessa classe nos momentos mais importantes do debate político no país.

da classe dominante, atrelada ao grande capital financeiro nacional e internacional, fração esta que será chamada de burguesia associada⁵ e que, ao ser atendida em seus interesses particulares pelo PSDB, faz do partido o mais relevante entre os conservadores. Essa fração da burguesia brasileira cumpre um papel de perpetuação das relações econômicas de dependência do país em relação ao centro do sistema, os países desenvolvidos.

Podemos afirmar que o grande capital financeiro nacional e internacional é a fração burguesa hegemônica no modelo neoliberal porque todos os aspectos da política neoliberal – o desmonte do direito do trabalho e social, a privatização, a abertura comercial e a desregulamentação financeira – atendem integralmente aos interesses dessa fração da burguesia (BOITO, 2020; p.34)

Excetuando-se o desmonte dos direitos da classe trabalhadora, os demais aspectos centrais do projeto neoliberal⁶, em alguma medida ou momento, acabam por ferir os interesses de outras frações da classe dominante. A partir do pressuposto marxista de que o “Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX, 2012) é, não só natural, como parte fundamental da democracia liberal capitalista, que haja partidos dedicados a intermediar os interesses da classe dominante.

Mesmo os partidos populares de formação operária precisam lidar com as limitações que a estrutura do estado capitalista impõe. Isso porque, qualquer formação social precisa reproduzir suas condições de produção e as relações de produção existentes para que sobreviva dentro do estado capitalista (ALTHUSSER, 1980, p.9). Portanto, mesmo partidos oriundos da classe trabalhadora, como qualquer outra formação social dentro do capitalismo, adequam-se a alguns esteios do sistema e fazem alianças com a classe dominante.

Essa questão é fundamental para entender a diferença da participação do PSDB e do PT enquanto partidos que detiveram o Executivo Federal de 1994 a 2016. O PT, conforme será aprofundado mais adiante, opera um projeto conciliador, que, embora tenha a classe dominante

⁵ Expressão utilizada por Nicos Poulantzas para definir a fração burguesa atrelada ao grande capital internacional, fração que ocupa lugar de destaque dentro das classes dominantes

⁶ O neoliberalismo é aqui definido como um modelo capitalista que prevê, em sua política social, a desregulamentação das relações de trabalho e dos níveis salariais, além da redução ou cortes dos direitos sociais. Quando se trata de política econômica, o neoliberalismo prevê abertura comercial via abertura para o capital externo e privatizações. Apesar da crítica que o neoliberalismo faz à interferência do Estado, há, na verdade, uma relação de articulação da classe dominante para que haja uma ação “protetora e ativa do Estado” em benefício do capital. “Em contradição com o conteúdo manifesto da ideologia neoliberal, a burguesia não pleiteia um ‘Estado mínimo’ para a classe burguesa” (BOITO, 2020, p. 67).

sendo atendida em primeiro plano – como não poderia deixar de ser dentro de um estado capitalista -, atende também os interesses da classe trabalhadora.

O PSDB, por outro lado, caracteriza-se como intermediário, funcionando como órgão técnico composto por uma elite de membros da universidade e do funcionalismo público bem capacitada para a operação do estado conforme os interesses da burguesia, e para o controle – coercivo e ideológico – da classe trabalhadora, que não participa do projeto de maneira ativa.

O projeto político do PSDB, portanto, deve ser definido como um projeto de intermediação dos interesses das classes dominantes. Os esteios do projeto neoliberal foram todos incluídos no projeto político do PSDB, o que faz dele um partido genuinamente neoliberal.

A classe dominante recruta intermediários para cumprir um papel que, segundo Tocqueville, ela não gostaria de cumprir, que é o de gestora de seus interesses na esfera pública. À época em que escreveu *A Democracia na América*, o autor se debruçou, entre várias outras questões, sobre as relações entre operários e a nova “aristocracia que o negócio fez nascer” nos Estados Unidos. Ao analisar essas relações, o autor reconhece que essa aristocracia “quase nunca se fixa no meio da população industrial que dirige; sua finalidade não é governá-la, mas servir-se dela” (TOCQUEVILLE, 2014, p.198).

Na maior parte do tempo, portanto, a classe dominante não se dispõe a exercer os cargos públicos diretamente, mas “terceiriza” essa função e se ocupa de controlar o sistema por fora da política institucional. Algumas das maneiras de exercer esse controle é via produção de lobby e financiamento privado de campanhas eleitorais.

Usando essas e outras ferramentas de controle do sistema político, a burguesia permite que intermediários das classes subalternas operem o poder político em seu nome para gerir os interesses da classe dominante no âmbito público. Vale reforçar que, esses intermediários não são parte das classes dominantes, portanto, não devem ser considerados representantes delas, no sentido que Rousseau dá ao termo “representante” – aquele que emerge da mesma classe para a qual trabalha (ROUSSEAU, 2011). É por isso que o termo usado nesta dissertação, entendido como o mais adequado, é o de intermediário.

1.1. Origem dos intermediários no PSDB

O PSDB, como principal articulador do projeto das classes dominantes, tinha seus principais quadros oriundos do mundo acadêmico. As parcelas da *intelligentsia* tucana⁷ que ascenderam política, econômica e socialmente ao longo dos anos 1990 se uniram a uma fração de classes empresariais intelectualizadas. Embora a classe empresarial fosse presente no PSDB nesse período, com representantes direto da burguesia compondo seus quadros, a facção intelectual era predominante dentro do partido e direcionava as discussões (IZIQUE, 2002).

O PSDB liderou a operação do projeto das classes dominantes no Brasil na maior parte dos anos 1990, mesmo que o maior número de membros dessa classe que se sujeitava a exercer cargos eletivos estivesse concentrado em outras legendas.

Os empresários que exerciam cargos eletivos ao fim dos anos 1990 estavam registrados, principalmente, em partidos como PPB (Partido Progressista do Brasil) e PFL (Partido da Frente Liberal), que detinham a parte mais graúda do espólio da Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido da ditadura. No PPB, 68% dos políticos eram empresários, enquanto, no PFL, os donos de negócios constituíam 61% do partido (IZIQUE, 2002).

Embora o Partido dos Trabalhadores, que polarizou a disputa no âmbito nacional com o PSDB de 1994 a 2014, também fosse composto predominantemente de intelectuais, há uma diferenciação crucial entre as *intelligentsias* de ambos os partidos, e está relacionada principalmente ao tamanho do patrimônio, com os intelectuais petistas emergindo de camadas mais baixas e nas classes médias, enquanto o PSDB tinha entre seus próceres membros de uma fração mais abastada da classe média, de funcionários públicos e acadêmicos.

Entre 2002 e 2014, o PSDB venceu sete das oito eleições ao executivo dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Em paralelo, o partido chegou a todos os segundos turnos das eleições presidenciais, aglutinando projetos conservadores e reacionários embaixo do seu amplo guarda-chuva. Como será mostrado mais adiante, a ascensão de políticos-empresários aos cargos mais importante desses estados está relacionada exatamente à implosão pela qual o PSDB passa entre os anos de 2016 e 2018.

Mesmo João Doria - eleito pelo PSDB, em 2016, à Prefeitura de São Paulo, e, em 2018, ao Governo de São Paulo -, teve sua ascensão diretamente relacionada ao esfacelamento do

⁷ O símbolo do PSDB carrega um tucano, motivo pelo qual seus membros são chamados tucanos

partido no qual emergiu, fato que viabilizou sua ascensão meteórica, deixando para trás a tradicional *intelligentsia* tucana.

Em Minas Gerais, o empresário do ramo varejista Romeu Zema, eleito pelo Partido Novo governador do Estado em 2018, ascendeu não só ocupando o espaço desses funcionários públicos e acadêmicos, mas também retirando da disputa o PSDB, até então, aglutinador dos interesses da burguesia no Estado, bem como no âmbito nacional.

1.2. Ascensão do PSDB em Minas Gerais

De 2003 a 2014, o grupo político hegemônico em Minas Gerais, não só entre os conversadores, mas entre todos os grupos políticos, foi o liderado por Aécio Neves da Cunha e Antonio Augusto Junho Anastasia, políticos proeminentes do PSDB. Durante esse período, Aécio foi governador entre 2003 e 2010, e Anastasia, no quadriênio seguinte.

Em 2014, Aécio Neves, candidatou-se à presidência da República, quando, pela sexta vez seguida (1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014), o PSDB chegou ao segundo turno de um pleito para o Executivo Nacional. Na ocasião, Anastasia concorreu ao Senado e venceu.

A relação entre Aécio Neves e Anastasia na política institucional começa em 2002. Anastasia contribuiu para a construção do programa de governo de Aécio, então presidente da Câmara dos Deputados, na disputa ao Governo do Estado. Depois da vitória de Neves, Anastasia foi nomeado coordenador da equipe de transição de governo e, em 2003, virou secretário de Planejamento e Gestão do estado (Verbetes do portal FGV/CPDOC).

Aécio Neves estabeleceu-se na política aos 22 anos, ao se tornar secretário-particular do avô materno, o então governador de Minas Gerais Tancredo Neves. Depois de deixar o cargo na secretaria de Minas durante a gestão do avô, foi eleito deputado federal pelo PMDB, cargo que ocupou entre 1987 e 1995. Em 1989, trocou o PMDB pela dissidência, o PSDB.

Quase uma década depois, em 1998, foi o deputado federal mais votado do PSDB em todo o país, e o deputado reeleito com maior número de votos em Minas Gerais, com 185.050 votos (GOVERNO DE MINAS GERAIS).

Depois de exercer por duas vezes o mandato de governador, Aécio também foi eleito presidente do PSDB, em 2013, com 97,3% dos votos e ainda obteve o direito de ser o candidato do seu partido para a disputa presidencial no ano seguinte. Apenas dois anos depois, perdeu

relevância no cenário político quando passou a ser investigado⁸ pelo movimento jurídico-político da Lava Jato.

Já alijado da sua posição de proeminência na disputa nacional, Neves foi eleito deputado federal em 2018 com quase a metade dos votos que havia conquistado 20 anos antes, quando foi o deputado federal mais votado do partido.

Conhecido como “professor”, Anastasia foi o colíder do grupo de intermediários do projeto político das classes dominantes em Minas Gerais e integrou a cúpula de intelectuais do PSDB. Começou sua carreira no mundo acadêmico, em 1984, na Fundação João Pinheiro, entidade ligada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, onde entrou como colaborador e começou a dar aulas aos 22 anos, virando funcionário de carreira.

Anastasia se tornou professor também da Faculdade de Direito Milton Campos, instituição privada, onde lecionou por 5 anos, e professor concursado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde entrou em 1993. Mas foi ainda na Fundação João Pinheiro que Anastasia se aproximou da política institucional, virando assessor do ex-prefeito de Governador Valadares por duas vezes, ex-deputado e relator da Constituição Mineira de 1989, Bonifácio Mourão.

A partir de 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, exerceu o cargo de secretário-executivo do Ministério do Trabalho nas gestões dos ministros Paulo de Tarso Almeida Paiva e Edward Joaquim Amadeo Swaelen. No interstício das duas gestões, Anastasia foi ministro interino da pasta, entre 31 de março e 6 de abril de 1998 (MINISTÉRIO DO TRABALHO).

Anastasia se filiou ao PSDB em 2005 para concorrer ao governo nas eleições de 2006 como vice-governador de Aécio Neves, em mais uma vitória do PSDB em Minas Gerais. A chapa integrada pelas duas lideranças principais do PSDB em Minas Gerais venceu o pleito com 77% dos votos válidos, mais de 7,4 milhões de votos.

Em 31 de março de 2010, Anastasia assume o governo de Minas Gerais após a desincompatibilização do governador Aécio Neves para concorrer às eleições ao Senado

⁸ Em maio de 2016, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu que o Supremo Tribunal Federal autorizasse a abertura de investigação contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG). Foi o primeiro pedido de investigação contra o eminente membro do PSDB no âmbito da operação Lava Jato (El País, 2016)

Federal. Nas eleições daquele ano, Anastasia assume a cabeça de chapa do PSDB para a disputa do pleito para o executivo estadual, que venceu em primeiro turno.

Anastasia ficou no cargo até março de 2014, quando se licenciou para fazer o mesmo caminho de Aécio Neves, disputar uma vaga no Senado Federal nas eleições daquele ano. Seu sucessor, como vice-governador, foi Alberto Pinto Coelho Júnior, que não emplacou candidatura nas eleições ao governo daquele ano. O escolhido, Pimenta da Veiga, perdeu para Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores, interrompendo a sequência de três mandatos seguidos do grupo de Aécio e Anastasia no Estado.

1.3. Hegemonia Tucana no estado de São Paulo

Em São Paulo, o PSDB foi absoluto a partir de 1994 até a publicação desta dissertação, com sete vitórias consecutivas nas eleições para o Executivo Estadual. Os seis primeiros mandatos foram conquistados durante o predomínio da fração intelectual e acadêmica dentro do partido, com as vitórias de Mário Covas, em 1994 e 1998; Geraldo Alckmin, em 2002, 2010 e 2014; e José Serra, em 2006.

Em 2018, como será analisado mais adiante, já havia sido concluído o processo de eliminação dos intermediários, que solapou da intelectualidade tucana a posição de predomínio dentro do partido, que passou a ser exercida por figuras do mundo empresarial. O PSDB paulista continuou exercendo hegemonia no estado, mas agora sob a direção de um novo grupo político, dos empresários.

Assim como Antonio Anastasia em Minas Gerais, José Serra Chirico era representante da facção intelectual do PSDB em São Paulo. Serra cursou Engenharia Civil na Escola Politécnica de São Paulo, quando exerceu o cargo de presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) de 1963 a 1964, ao se exilar por força do golpe militar (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES).

No exterior, começou a estudar economia e iniciou sua carreira profissional no ambiente acadêmico, como professor da Faculdade de Economia da Universidade do Chile. Também foi funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU) antes de deixar o país.

De volta ao Brasil, em 1978, tornou-se professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e editorialista da Folha de S. Paulo. Depois do afastamento compulsório da política, Serra ajudou a fundar o PMDB, e foi relator do primeiro programa do partido. Foi também secretário de Economia e

Planejamento do Estado de São Paulo no governo Franco Montoro (1983-1987), posição que o credenciou para concorrer em sua primeira eleição.

Em 1986, elegeu-se deputado federal por São Paulo, reeleito em 1990 com a maior votação do estado e a segunda maior do Brasil. Na Constituinte, foi relator de três capítulos, sendo o parlamentar que aprovou a maior proporção de emendas. Em 1988, ajudou a fundar o PSDB na dissidência do PMDB. Mais uma vez, foi relator de programa partidário. Em 1995, elegeu-se senador por São Paulo com a maior votação do Brasil. Ocupou os ministérios do Planejamento e Orçamento e da Saúde no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (SITE OFICIAL DE JOSÉ SERRA).

Em 2002, escolhido para ser o sucessor do projeto tucano, encabeçado por Fernando Henrique Cardoso de 1994 a 2002, Serra perdeu a eleição presidencial para Luiz Inácio Lula da Silva na primeira eleição do milênio. Em 2006, o PSDB novamente perdeu a eleição, tendo Geraldo Alckmin como candidato. Em 2010, Serra volta à disputa, mas perde novamente para o projeto petista, encabeçado desta vez por Dilma Rousseff.

Apesar das derrotas consecutivas do PSDB na disputa presidencial, o partido manteve capital político suficiente no estado de São Paulo para vencer todas as eleições locais de 1994 a 2018. Ao longo de 24 anos, o partido venceu todas as sete eleições que ocorreram no estado de São Paulo, com Alckmin sendo a principal figura política do estado. O ex-governador formou-se médico, o que não o impediu de construir uma carreira precoce na política.

Ainda sob a ditadura militar, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho foi eleito vereador em Pindamonhangaba, com apenas 20 anos, entre 1972 e 1976, ainda pelo MDB. Ao final do seu primeiro mandato, concorreu à prefeitura da cidade de Pindamonhangaba, novamente pelo Movimento Democrático Brasileiro, e venceu, ficando no comando do município até 1982⁹.

Depois do fim da ditadura, foi eleito deputado federal pelo PMDB, em 1983, exercendo o cargo até 1987. Em 1988, mudou-se para o PSDB junto a outros dissidentes e, no ano seguinte, foi relator do projeto de regulamentação do funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), criado junto com a nova Constituição¹⁰. Sua ascensão política entre os quadros do PSDB de

São Paulo começa em 1995, quando é eleito vice-governador na chapa encabeçada por Mário Covas.

Antes da carreira política, Alckmin havia se formado em medicina pela Universidade de Taubaté (Unitau), em 1977, e fez pós-graduação em Anestesiologia no Hospital Servidor Público de São Paulo, curso concluído em 1979. Ele chegou a ser chefe do Departamento de Anestesiologia da Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba. No mundo acadêmico, Alckmin foi professor da Fundação Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras entre 1974 e 1976, e do Instituto Santa Tereza em 1975, ambos na cidade de Lorena, interior do estado de São Paulo (CÂMARA FEDERAL).

1.4. Solidificação do PSDB como intermediário da burguesia

O PSDB atua como um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira, reconduzindo as classes dominantes a um porto seguro depois da crise de hegemonia nos anos 1980, quando a queda da ditadura militar, a crise da inflação e a miséria crescente no país dava corpo a forças populares, como os partidos de base trabalhista e os movimentos sociais e sindicais. A adesão do PSDB ao neoliberalismo não aconteceu após a ascensão ao governo, mas já na construção do seu programa partidário, em 1988 (GUIOT, 2010).

Algumas manifestações dos próceres do partido dão força a essa afirmação. Em uma fala de 1989, Mario Covas, um dos fundadores do PSDB, disse que o Brasil precisava “de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios” (COVAS, 1989). Em 1990, Fernando Henrique Cardoso avaliou que o crescimento do país passava por priorizar a atração do capital internacional.

Se quer voltar a crescer pagando salários mais altos e melhorando o preço e a qualidade dos seus produtos, o Brasil também precisa fazer a sua ‘perestroika’, isto é, reestruturar sua economia, tornando-a menos protecionista e mais eficiente (...) O capital e a tecnologia das empresas multinacionais podem ajudar, como têm ajudado, a modernizar a indústria brasileira (...) por isso, não tem cabimento dificultar, da nossa parte, a entrada de capital estrangeiro (CARDOSO, 1990).

O PSDB adere ao ideário neoliberal motivado pelas vitórias desse novo programa de acumulação capitalista pelo mundo, em especial, nos países centrais, o que fez com que o partido “varresse de seu horizonte político qualquer conteúdo socialdemocrata”.

Ainda que a inspiração para a fundação tenha vindo dos partidos socialdemocratas europeus, o PSDB viu a oportunidade de ser “o portador precoce” da bandeira neoliberal no país (GUIOT, 2010).

A primeira tentativa de implementação de um projeto neoliberal legítimo foi produzida pelo governo de Fernando Collor de Mello após as eleições de 1989, mas que não obteve êxito por não saber reunir o conjunto da burguesia, com algumas frações ainda intrincadas ao desenvolvimentismo da época da ditadura militar.

Setores importantes do grande capital nacional, como o capital bancário e o capital industrial, tinham uma postura reticente ou mesmo hostil a estas propostas, seja porque perderiam espaço no mercado com a concorrência externa, seja porque tinham forte dependência do setor produtivo estatal. Isto sem falar na resistência dos diversos segmentos da burguesia de Estado à redução ou mesmo ao desaparecimento das empresas estatais (MACIEL, 2011, p. 101).

Foi o PSDB quem conseguiu, a partir de 1995, implementar um programa neoliberal complexo e completo com ampla adesão da classe dominante. Para tanto, o partido lança mão de três políticas estatais específicas: políticas de desregulamentação; políticas de privatização; e políticas de abertura da economia ao capital internacional (SAES, 2001, p. 82). Todas contempladas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002.

Especialmente o tópico da abertura ao capital internacional coloca o PSDB como grande partido intermediário da burguesia associada no país, a burguesia que mais se beneficia do livre tráfego do capital internacional.

O papel do PSDB como intermediário da burguesia associada brasileira se apresenta, como relatado, já no nascedouro do partido, e se manifesta, de fato, na execução do projeto nacional durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. A partir de então, como partido mais nacionalmente integrado do que outros do campo conservador, o PSDB contribui na disseminação do ideário neoliberal, ganhando adesão nas prefeituras e câmaras municipais, nos governos estaduais e assembleias, além do Congresso Nacional.

A adesão ao neoliberalismo dos grupos políticos liderados por Aécio/Anastasia, em Minas Gerais, e Alckmin/Serra, em São Paulo, permitiram que essas frentes se tornassem as mais fortes politicamente em suas regiões de influência. Em paralelo, a nacionalização do neoliberalismo pelas mãos do PSDB permitiu que os grupos políticos preponderantes nos dois

maiores colégios eleitorais do país¹¹ fossem também os grupos preponderantes nacionalmente, ao menos no que se refere ao campo conservador.

Desses estados emergiram os principais políticos da direita tradicional que, de 1994 a 2014, concentraram o apoio do empresariado - com destaque para a burguesia associada ao capital internacional - nas disputas nacionais. Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Geraldo Alckmin, de São Paulo, além de Aécio Neves, de Minas Gerais, foram os principais nomes dessa direita, cada um a seu tempo. Todos surgiram na academia ou no funcionalismo público e, à exceção de Fernando Henrique, foram governadores de seus estados.

Os intermediários do projeto político da burguesia emergiram a partir da necessidade de as classes dominantes se reorganizarem no pós-ditadura e de adequarem o capitalismo nacional ao neoliberalismo ascendente por quase todo o globo. Seu lugar foi praticamente incontestável ao longo dos anos 1990 e 2000, com a ascensão de grupos locais, como em Minas e São Paulo, como foi mostrado, que aglutinaram os interesses das classes dominantes nos projetos locais e se mostraram preparados, aos olhos dessa classe, para representar os interesses dessa burguesia nas disputas nacionais.

Apesar da mudança desse quadro em 2018, com a perda da posição do PSDB como principal força intermediária dos interesses da burguesia, a deterioração do partido aconteceu gradativamente, a partir de 2013, com a deflagração da crise política brasileira, conforme será abordado mais adiante.

Abriu-se um vazio na política, que começou com um movimento forte de ataque às forças progressistas no país, mas que logo se espalhou por todo o espectro político. Falando especificamente do campo conservador, houve a deterioração dos tradicionais quadros políticos oriundos da academia e do funcionalismo público, que foram relacionados a casos de corrupção, como será detalhado mais adiante.

O resultado disso foi a eleição para presidente da República em 2018 de um candidato que esteve alheio ao ambiente acadêmico e às repartições públicas civis. Jair Bolsonaro, eleito

¹¹ O número de eleitores em MG em 2002 era de 12.680.38 (11% do total nacional), passando para 15.693.273 (10,6%) em 2018. São Paulo tinha 25.655.548 em 2002 (22,2% do total nacional), e subiu para 33.038.429 (22,4%) 16 anos depois. (TSE)

pelo Partido Social Liberal (PSL), era oriundo das fileiras militares e construiu sua carreira política toda no Rio de Janeiro, portanto, fora do eixo Minas Gerais-São Paulo ¹².

Em 2018, nos estados de Minas Gerais e São Paulo, o campo conservador também foi buscar suas lideranças fora do âmbito acadêmico e do funcionalismo público civil, mas a opção não foi por quadros militares para incorporar o papel de novos intermediários. Nos dois maiores colégios eleitorais do país, João Doria e Romeu Zema abandonam a posição de *businessmen* e passam a se fixar no meio da população que dirigem e operar seus interesses e da classe à qual pertencem, sem depender de intermediários.

¹² Apesar de ter nascido em Glicério e passado a infância e a adolescência em Eldorado Paulista, ambas cidades do interior de São Paulo, Jair Messias Bolsonaro fez carreira no Rio de Janeiro, onde começou sua vida como militar, em 1974, quando entrou na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende (RJ). Foi membro do Exército Brasileiro até 1981, quando virou capitão reformado e abandonou a farda. Entrou na política em 1989 como vereador pelo Rio de Janeiro e depois foi eleito deputado federal por sete vezes. Apesar da sua relação direta com o estado brasileiro, conseguiu se afastar das desgastadas figuras de funcionário público e político profissional. Foi eleito presidente do Brasil como maior expressão de um movimento que se pretendia antipolítico e renovador.

CAPÍTULO 2

A CRISE POLÍTICA DE 2013 E O ESGOTAMENTO DOS INTERMEDIÁRIOS

A queda do PSDB como intermediário do projeto político da classe dominante em Minas Gerais e São Paulo é um desdobramento da crise política de 2013, que começa com a deterioração do projeto nacional de conciliação de classes liderado pelo Partido dos Trabalhadores, estendendo-se por todo o espectro político brasileiro.

Portanto, convém abordar o que foi essa crise e como ela desencadeou o enfraquecimento de partidos e personagens de praticamente todas as tendências políticas do país para, em seguida, entender a deterioração do papel dos intermediários na condução do projeto político da classe dominante.

A crise política de 2013 tem sua gênese nas Jornadas de Junho, iniciadas em 6 de junho daquele ano por força das reivindicações do Movimento Passe Livre - formado basicamente por estudantes de classes baixa e média -, que esteve apoiado por outros movimentos e facções partidárias de esquerda, que reivindicavam, inicialmente, a redução do custo do transporte público na cidade de São Paulo.

O crescimento do apoio ao movimento fez com que as manifestações ganhassem espaço e novas pautas, abordando direitos sociais mais amplos. Porém, há um ponto de virada nas Jornadas de Junho depois do dia 13 de junho de 2013.

Os partidos do campo conservador e parte da burguesia brasileira identificam no movimento uma potência política a ser usada contra o projeto de conciliação de classes, protagonizado na política institucional pelo Partido dos Trabalhadores. A classe dominante e os partidos de intermediação de seus interesses articulam para liderar o movimento.

Os partidos, pautas e movimentos de esquerda são sufocados para, em seguida, serem expulsos das manifestações, e as bandeiras relacionadas a direitos sociais são substituídas por slogans vagos “contra a corrupção” e “contra tudo que está aí”.

Há, nesse período, a mudança de tom da grande mídia corporativa, que passa de crítica contumaz a promotora das manifestações.

Já no quarto ato contra o aumento da tarifa, parecia que o jogo estava dado e a derrota do MPL, certa. No dia 13 de junho, os dois mais importantes jornais do Estado amanheceram com

editoriais duros: “Chegou a hora do basta”, conclamou o Estado de S.Paulo, e o diário Folha de S.Paulo dizia que era hora de “Retomar a Paulista”. Os textos, seguindo a toada de desmerecer o movimento e apontar os prejuízos no direito de ir e vir, cobravam respostas mais enérgicas do Poder Público (YAMAMOTO, 2016, p.71)”.

Em 2015 e 2016, novas manifestações ganham as ruas, agora, num movimento nacional. Além da identificação dos alvos prioritários, como a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também são estabelecidos, no lado oposto, os heróis do movimento, supostos símbolos na luta “contra a corrupção” e “tudo que está aí”.

Os mais celebrados entre eles são os membros da Operação Lava Jato, com destaque para o procurador do Ministério Público e chefe da operação, Deltan Dallagnol, e o juiz de primeira instância da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, responsável pelo julgamento de muitos dos casos investigados pela operação, Sergio Moro.

As manifestações passam a ser organizadas aos domingos e transmitidas de maneira sistemática e ao vivo pela TV Globo e outros canais de televisão, inclusive, as manifestações que ocorreram no dia 17 de abril de 2016, quando a Câmara dos Deputados vota o processo de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff.

Está consolidada a interrupção do projeto conciliador estabelecido pelo Partido dos Trabalhadores em âmbito nacional. Mais do que a interrupção da hegemonia petista no cenário nacional, a queda consolida uma mudança acima da política institucional: a da troca de hegemonia no centro das classes dominantes.

2.1. Mudanças no centro hegemônico da classe dominante

A crise política iniciada em 2013 não foi responsável apenas pela mudança do grupo político em exercício no Executivo Nacional, mas também pela mudança na correlação de forças no seio da burguesia brasileira e – principalmente – em uma alteração do tipo de capitalismo a ser conduzido pelo estado brasileiro.

Como Marx havia definido, o Estado na sociedade capitalista tem a função de ser, acima de tudo, o comitê organizador dos interesses da burguesia. Portanto, qualquer projeto político dentro da democracia liberal capitalista requer a existência da burguesia no seu centro de poder.

Diferentemente da dominação em formações políticas anteriores – onde ela era exercida por uma única força, coesa -, a dominação no estado capitalista é oriunda de uma combinação de forças, que compõem o “bloco no poder”.

Portanto, o bloco no poder consiste na reunião de diferentes forças no centro de decisões da classe dominante. Essas diferentes forças são chamadas de “frações de classe” (POULANTZAS, 2019). Dentro do bloco no poder, existe uma tendência de formação de um bloco hegemônico, que é composto de uma fração ouanel de frações da classe dominante (BOITO, 2020).

A disputa por essa hegemonia é intrínseca à crise política brasileira pós-2013. A fração financeira (associada) da burguesia brasileira foi discreta e lentamente afastada do centro hegemônico do bloco no poder para que o capital produtivo (burguesia interna) passasse a ocupar o seu lugar. A retirada do Partido dos Trabalhadores significou parte fundamental do processo de restabelecimento da fração financeira da burguesia no centro de decisões da classe dominante.

É preciso compreender o que une e o que separa as frações de classe dentro da burguesia para compreender essa disputa interna no seio da classe dominante.

Embora Marx não use o termo bloco no poder – preferindo “dominação exclusiva” ou “monopólio do poder” - ele já recorre ao termo “frações de classe”. Na construção do Estado capitalista, segundo Marx, a burguesia agiu para incluir todas as suas frações na esfera do poder político, o que não havia acontecido durante o regime anterior, feudalista, onde o poder econômico não estava atrelado ao poder político. No estado capitalista, porém, as frações possuidoras se unem para que o conjunto da burguesia reine em nome do povo.

Como classe social, a burguesia se reúne em torno de “certos objetivos políticos gerais”. Nesse cenário, “O Estado, por meio de suas políticas, desempenha o papel de articular os interesses das várias classes e frações de classes dominantes” (FARIAS, 2009, p. 81).

Porém, por não ser um bloco monolítico, a burguesia apresenta disputas entre suas frações para exercício da hegemonia dentro do bloco no poder, como já foi mencionado. Embora as frações dominantes partilhem o poder, há a predominância de uma fração sobre as outras. Essa fração vai orientar os interesses dentro do bloco no poder.

A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, ao constituir seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política (POULANTZAS, 2019, p.245).

Dentro do bloco no poder, “a linha de demarcação política de dominação-subordinação não pode ser traçada” (Ibidem, p.235). Isso significa que, apesar do conflito dentro do bloco, não há exatamente a superação de uma fração sobre outra de maneira definitiva. O que essa linha ajuda a entender é quais interesses são efetivamente priorizados pela política de Estado naquele momento, que colocam uma fração ou mais de uma delas no centro de decisão do bloco no poder.

Para entender os interesses priorizados é preciso bem definir as frações da burguesia, que, segundo Marx, se diferenciam uma das outras pela forma como multiplicam o capital. Marx define como frações da classe dominante as frações industrial, comercial e financeira.

A burguesia comercial, como Marx concebe, tem a propriedade fundiária e a compra e venda de produtos no mercado como o modo de produção capitalista (MPC) responsável pela reprodução do seu poder econômico.

A fração industrial se destaca pela geração de mais-valia graças à atividade industrial; e, por fim, a burguesia financeira, representada por bancos, é possuidora do que Marx classificará como capital autônomo, que tem o juro como principal multiplicador.

Há um escalonamento dessas frações com o capital financeiro sendo o natural ocupante do centro hegemônico da classe dominante em um sistema neoliberal. Essa fração é composta não só por bancos, mas por empresas que se beneficiam da abertura de mercado e dos projetos de privatização. Por isso, essa fração é também conhecida como fração associada (ao capital estrangeiro). No Brasil, as empresas que compõem a burguesia associada são:

...empresas nacionais que se associaram a grupos estrangeiros para participar dos leilões das empresas estatais, empresas comerciais ligadas à importação, os grupos empresariais das áreas de saúde e de educação, uma parte dos setores internacionalizados da indústria local e outros que viram, e de fato tiveram, na política de privatizações e de abertura novas oportunidades de negócios e de associação com o capital estrangeiro (BOITO, 2018, p.65)

Menos propensa a ocupar o centro hegemônico, mas eventualmente alçada a essa condição, a fração intermediária da classe dominante é formada por uma burguesia que, segundo Boito, a globalização deixou de fora, mas “cuja conversão em fração hegemônica é uma possibilidade real”. Essa fração é classificada como burguesia interna, que está entre o que a teoria marxista classifica como burguesia nacional – protecionista – e a burguesia associada – aliada ao capital estrangeiro (POULANTZAS, 2019).

Os países de capitalismo dependente e periférico, como o Brasil, têm por característica não possuírem uma burguesia nacional, que Marx define como aquela que, em aliança com a classe trabalhadora, se coloca contra o imperialismo. O mais próximo disso que países como o Brasil possuem é essa fração interna, que depende de um projeto de conteúdo local para ocupar o centro do bloco no poder.

A burguesia interna não é necessariamente anti-imperialista porque depende da entrada de capital estrangeiro no país para desenvolvimento das forças produtivas. O que ela procura controlar é o setor onde esse capital será aplicado, protegendo sua área de atuação da concorrência internacional.

Além disso, a união com a classe trabalhadora é apenas circunstancial, estando relacionada apenas a objetivos específicos, e não atrelada a objetivos de longo prazo que levem à distribuição de renda e melhora da posição relativa da classe trabalhadora.

Por último, ainda existe a fração da burguesia composta por pequenas e médias empresas, a maioria delas, voltada para o mercado interno.

A disputa pela hegemonia no bloco no poder acontece apenas entre as duas frações mais fortes - associada e interna - com a fração das pequenas e médias empresas locais tendo uma participação quase tão marginal na tomada de decisões quanto a classe trabalhadora.

Portanto, o que distingue as frações interna e associada – e que, portanto, distinguem, os projetos políticos mais fortes no Brasil – é...

...a posição de cada uma delas diante do imperialismo. A grande burguesia compradora tem interesse na expansão quase sem limites do imperialismo, enquanto a grande burguesia interna, embora esteja ligada ao imperialismo e conte com a sua ação para dinamizar o capitalismo brasileiro, procura impor limites à expansão (BOITO, p.64).

A política econômica é a responsável por definir a hierarquia das frações de classe dentro do bloco no poder, “privilegiando certas dimensões do capital em detrimento de outras”. Durante os programas que antecederam e sucederam o projeto petista, “o centro hegemônico do bloco no poder foi exercido pelo “grande capital financeiro internacional e os grandes bancos nacionais (Ibidem, p. 51)”.

Há uma mudança na hegemonia do bloco no poder condicionada pelo projeto político do Partido dos Trabalhadores implementado a partir de 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula

da Silva. O novo projeto recrutou uma parte importante da burguesia interna, que deixou de ser coadjuvante no seio da classe dominante e passou a ser a maior força dentro do bloco no poder.

Durante o governo do PT, uma das frações que compuseram esse anel para exercício da hegemonia política foi o setor da construção civil, que fez prevalecer seus interesses no interior do bloco, isso foi traduzido na capacidade dessa fração de obter prioritariamente os benefícios das políticas econômica e social do Estado (Ibidem).

2.2. Projeto de intermediação e a burguesia associada (1995-2002)

Apesar da diferença entre as frações da classe dominante estar centrada na questão econômica (na forma como se multiplica o capital), as oscilações dentro do bloco no poder tratam especificamente sobre poder político. Ou seja, a hegemonia dentro do bloco no poder será exercida pela fração burguesa que mais reúne condições de liderar o projeto de dominação burguês frente à classe antagônica, a dos trabalhadores.

A fração hegemônica procura, portanto, reduzir as contradições entre todas as frações. A partir do momento que consegue essa posição eminente dentro do bloco no poder, essa fração e seus interesses passam a ser o interesse geral comum a todas as frações de classe dominante. Os interesses econômicos da fração hegemônica são, portanto, transformados em interesses políticos de toda a classe dominante.

Durante o projeto político do PSDB, de intermediação dos interesses da burguesia, entre 1995 e 2002, a fração burguesa que exerceu a hegemonia no interior do bloco no poder foi a burguesia associada ao capital internacional.

O projeto político do PSDB dá organicidade ao neoliberalismo, que foi tentado no Brasil inicialmente durante o governo Fernando Collor, mas sem êxito. Antes disso, o país viveu o desenvolvimentismo durante o período militar, focado no crescimento econômico impulsionado pelo grande capital interno.

No Brasil dos anos 1990, a fração financeira da burguesia brasileira transformou seu poder econômico em poder político, consolidando sua posição como detentora da hegemonia dentro do bloco no poder.

O capital financeiro sucede o capital industrial e agrário no centro do poder depois do fim da ditadura militar. A participação da indústria no PIB nacional cresceu entre 1970 e 1980, passando de 2,9% para 6,4%. Nos anos 1990, a indústria retrocede a níveis pré-ditadura, com a

produção industrial nacional representado apenas 2,2% do total produzido no país (BONELLI, PESSÔA; 2010).

Se aplicar o capital no setor produtivo era cada vez menos interessante, o mesmo não se pode dizer sobre investimentos financeiros. No Brasil dos anos 1990, a classe dominante como um todo foi chamada a participar do jogo da Bolsa e, principalmente, da dívida pública. Emprestar dinheiro ao governo chegou a render ao investidor brasileiro 45,90% de juro ao ano. Esse foi o patamar da taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, registrado em outubro de 1997 (BANCO CENTRAL).

A título de comparação, a Selic, em junho de 2021, esteve em 4,15%, e já era a segunda maior taxa de juro real (descontada a inflação) do mundo. Ao longo dos dois mandatos do PSDB, a média da taxa de juros foi de 15,2%, 234% maior que a média dos juros dos mandatos do Partido dos Trabalhadores, de 6,5% entre os anos de 2003 e 2016.

O que se viu no Brasil ao longo do projeto neoliberal dos anos 1990 foi a preferência ao capital financeiro em relação ao capital produtivo; preferência ao grande capital em relação ao capital pequeno e médio; preferência à exportação em relação às demandas internas; e preferência ao grande capital privado com relação ao capital estatal, representado pelas empresas estatais.

O esgotamento do projeto do PSDB – neoliberal legítimo – corrói a legitimidade da burguesia associada no centro de poder da classe dominante. A partir de 2003, com a troca do projeto político de intermediação dos interesses da burguesia a cargo do PSDB pelo de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores, começa o processo de substituição das frações burguesas no centro do bloco no poder.

2.2. Projeto conciliador e a burguesia interna (2003-2016)

Durante os governos do PT, a burguesia interna nacional, principalmente na figura da indústria e do agronegócio, “melhorou sua posição no interior do bloco (no poder)”. Ainda assim, nos primeiros anos do projeto conciliador, “essa fração da burguesia permaneceu como força secundária no bloco no poder, uma vez que o Estado continuou priorizando os interesses do capital financeiro, mas o governo Lula ofereceu à burguesia interna, “uma posição bem mais confortável na economia nacional” (BOITO, p.56).

Durante os primeiros anos, a ascensão política da fração interna não significou a conquista da hegemonia. Esta permaneceu sob a batuta da fração financeira associada ao capital

internacional. A corrida aos dólares foi fomentada pelo estímulo à produção de tipo exportadora para pagamento dos juros da dívida. Por isso, o investimento público era limitado pela necessidade de produção de superávits primários voltados para atender a demanda do setor financeiro.

Do ponto de vista do capital financeiro, não interessa desviar para a infraestrutura o dinheiro que deve ser encaminhado para renumerar os bancos. Os pontos de estrangulamento poderão, quem sabe, ser superados pelas Parcerias Público-Privadas, as PPPs, concebidas pelo governo Lula justamente para contornar os problemas de infraestrutura sem ameaçar a política de elevados superávits primários. O mesmo raciocínio aplica-se à política de juros básicos elevados, que fortalece o perfil usurário do capital financeiro, desvia-se do financiamento da produção e encarece os investimentos, limitando o crescimento da exportação (BOITO, p.43).

O projeto conciliador acelerou a substituição da fração da burguesia no centro hegemônico a partir de 2007, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 22 de janeiro daquele ano. Era a consolidação de novas diretrizes de desenvolvimento, que englobavam um conjunto de medidas destinadas a desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal, promovendo o crescimento acelerado do país com diminuição das desigualdades de renda e entre regiões.

O PAC funcionava como um projeto de resgate da presença do estado no desenvolvimento econômico, revertendo a tendência de afastamento do poder estatal como impulsionador desse mesmo desenvolvimento.

“Foram criadas medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento, utilizando recursos do FGTS e aumento do volume de crédito, sobretudo para aplicação em saneamento e habitação e do crédito de longo prazo para investimentos em infraestrutura. Previu-se também melhoria do ambiente de investimentos, com medidas que visam o aperfeiçoamento do marco regulatório e o incentivo ao desenvolvimento regional, via (re)criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Além disso, o PAC previu a desoneração e o aperfeiçoamento do Sistema Tributário, com a suspensão da cobrança de PIS/CONFINS de obras de infraestrutura e a isenção do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) de Fundos de Investimento em Infraestrutura, com o objetivo de estimular o investimento privado, o desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento das micro e pequenas empresa (Verbete Programa de Aceleração do Crescimento - PAC no site do CPDOC/FGV)

O financiamento do programa exigia uma redução do superávit primário – uma das bandeiras do neoliberalismo empregado no país na década anterior – para 3,75% do PIB, o que

redirecionava o dinheiro antes dedicado ao pagamento de dívidas e juros para alocação no setor produtivo.

Isso mostra a profundidade da mudança que estava sendo desenhada no núcleo da classe dominante, com a burguesia interna saltando à frente da burguesia associada no exercício da hegemonia dentro do grupo, impulsionada pela destinação do Orçamento público.

Além disso, destaca-se ainda o papel do Estado como indutor do crescimento, utilizando, além dos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), o capital das grandes empresas estatais. Neste caso em específico, as empresas estatais passaram a priorizar o reinvestimento em detrimento dos dividendos pagos a acionistas, o que mostra mais uma vez o deslocamento do centro hegemônico, com o grande capital produtivo sendo priorizado em detrimento do grande capital financeiro.

O PAC contava com um investimento total de R\$ 503,9 bilhões incluindo capitais público e privado dedicados às áreas de infraestrutura logística, infraestrutura energética e infraestrutura social e urbana. As empresas privadas desses setores passaram a ser demandadas via processos de licitação para concessões simples, concessões administrativas e concessões patrocinadas, conhecidas como PPPs (parcerias público-privadas), que contavam com capital misto para o desenvolvimento dos projetos. Além disso, novas linhas de financiamento eram disponibilizadas por meio dos bancos públicos, em especial, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A grande burguesia interna como um todo, e não apenas os setores relacionados à construção civil, apoiou o governo Lula. Vale destacar as figuras de Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e de Luiz Guilherme Zancaner, dono a Unialcool e diretor da Unidade de Produtores de Bioenergia (Udop).

Ao contrário da crise da Lava Jato, que será analisada mais adiante, a crise do mensalão¹³ não contou com a campanha da burguesia contra o governo petista, ao contrário, dentro da burguesia interna foi feita a defesa do governo.

¹³ A crise do mensalão foi desencadeada em 2005, depois de denúncias feitas pelo então membro da base aliada do governo Lula, o deputado federal Roberto Jefferson (PTB), sobre supostos pagamentos mensais destinados a parlamentares para que votassem em favor do governo em projetos importantes na Câmara dos Deputados. Ao longo das investigações e julgamentos envolvendo a Ação Penal 470, que se estenderam até 2012, não houve comprovação da compra de votos, mas o termo “mensalão” permaneceu.

O lema na Revista da Indústria, da FIESP, era “chega de falar em crise, vamos trabalhar” (EDIÇÃO 110, 2005). Em outra edição, a publicação dizia que era preciso “resolver a crise com uma reforma política” (EDIÇÃO 111), uma expressão clara de que, os intermediários do projeto da burguesia associada não contariam com a burguesia interna naquele momento para um processo de impeachment contra Lula.

Anos mais tarde, no fim do governo Lula, Zancaner defendeu a escolha de Dilma Rousseff para manutenção da burguesia interna no centro do bloco no poder. O empresário disse que o governo Lula havia sido “excepcional” para o negócio sucroalcooleiro do oeste paulista, que ele representava. “Nunca houve antes política tão boa para nós”, disse o empresário em fala que virou título de matéria no Valor Econômico, publicação do Grupo Globo voltada para o empresariado. “O governo Lula foi excepcional para o nosso negócio, fico até emocionado”, disse ainda Zancaner.

O empresário se posicionou ao lado do Partido dos Trabalhadores na disputa entre os projetos de conciliação e o projeto de intermediação da burguesia associada, e disse que “Lula fez um governo melhor” do que o de FHC e que, apesar da importância de Fernando Henrique, foram Lula e Dilma que “construíram canais” com o empresariado do setor (VALOR ECONÔMICO, 2010).

A substituição de Antonio Palocci por Guido Mantega como ministro da Fazenda, em 2006, foi o ponto de partida do início da substituição da fração da burguesia no centro hegemônico do bloco. Mantega era chamado de “desenvolvimentista” pelo grande empresariado interno, enquanto Palocci levou a pecha de ministro “monetarista”.

A troca de ministro acelera o projeto conciliador, com as iniciativas de desenvolvimento baseado em gastos públicos, mas, em paralelo, instiga a insatisfação da burguesia financeira estrangeira e a vontade de substituir o programa conciliador por um neoliberal autêntico.

Há sinais na imprensa da insatisfação do grande capital financeiro internacional (...) e da aspiração dos grandes bancos internacionais pela volta do PSDB ao comando do governo. Em junho de 2010, o Instituto de Finanças (IIF), associação que reúne mais de 500 grandes bancos das principais economias capitalistas, deixou entrever, em congresso realizado na cidade de Viena, a sua preferência pela candidatura de José Serra na eleição presidencial daquele ano e sua desconfiança em relação à candidatura de Dilma Rousseff. (BOITO, p.74)

A deflagração da crise entre os setores da burguesia bancária e da burguesia produtiva acontece entre 2011 e 2012, quando surge a “nova matriz econômica” do ministro da Fazenda

Guido Mantega, que cria um pacote de medidas de redução dos juros e do spread bancário, desvalorização do real, ampliação da política de conteúdo local e isenções fiscais para a indústria e o agronegócio.

Nesse período, o projeto de conciliação aposta alto na redução ainda mais intensa da fatia do Orçamento dedicado ao capital financeiro no que Singer chama de “batalha do spread”, que diz respeito à iniciativa do governo de reduzir o lucro dos bancos e baratear o crédito. A ação enfrentou pesada resistência da burguesia associada.

De 2011 a 2012, em iniciativa de audácia inesperada, os desenvolvimentistas invadiram a cidadela sagrada das decisões monetárias e avançaram aos saltos, pressionando instituições privadas para reduzirem os próprios ganhos, com o apoio das divisões pesadas dos bancos públicos e de ousada mudança nas regras da poupança. Quando a refrega parecia ganha, abrindo caminho para horizontes rooseveltianos, o poderoso Banco Central (BC) voltou a elevar a taxa Selic (abril de 2013) e, na prática, devolveu ao mercado financeiro controle sobre parte fundamental da política econômica. A decisão tornava manca a perspectiva de retomada do desenvolvimento nacional e paralisava o avanço progressista quando ele soava irresistível. (SINGER, 2015, p.40)

Singer avalia que, “do ângulo programático, há continuidade entre Lula e Dilma”, mas há diferenças políticas relevantes que aceleram o processo de deterioração do projeto conciliador. Dilma confrontou o “núcleo duro do capital”, que é a fração financeira associada ao capital internacional, possuidora natural da hegemonia dentro do bloco no poder. “Dilma decide entrar em combates duros. Ao reduzir os juros e forçar os spreads para baixo, tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro (SINGER, p.47).

Porém, em abril de 2012, o Banco Central iniciava o ciclo de alta de juros que só se encerrou dois anos mais tarde:

Nos meses seguintes, além do aumento contínuo dos juros, o corte no investimento público, o aumento da taxa de retorno nas concessões, a diminuição das restrições ao capital especulativo e as privatizações na área de transportes iriam pontilhando a volta atrás. Do ponto de vista objetivo, o surto inflacionário, o crescimento de apenas 0,9% do PIB em 2012 (metodologia antiga; 1,8% pela metodologia nova) e a ausência de aumento nos investimentos tornavam difícil a continuidade do ensaio desenvolvimentista (SINGER, 50 e 51)

Diante desse quadro, a volta ao tripé neoliberal passa a ser uma demanda urgente da classe dominante, com metas de inflação apertadas, juros altos, superávit primário elevado e câmbio

flutuante. O “cerco rentista” é inflamado pelas Jornadas de Junho, que, como mencionado anteriormente, são cooptadas, abandonam as pautas sociais que foram o mote inicial do movimento e passam a servir às demandas da burguesia associada.

Sob o ponto de vista de Farias, a derrubada da fração interna do bloco no poder, em especial do setor de construção civil e do capital estatal, está relacionada com a derrubada dessa força também no campo econômico, “porque a hegemonia política pode alavancar a transformação da prevalência econômica” (FARIAS, p.95).

Afetar as empreiteiras nacionais, o grande capital estatal e refrear a ascensão dos outros segmentos da burguesia interna significava não só interromper o projeto político em andamento, mas também podar a ascensão econômica dessa fração da burguesia. O setor de construção nacional estava, portanto, construindo uma ascensão econômica frente a outras frações da burguesia associada que despertou em outras frações a necessidade de se alterar a composição do bloco no poder.

A derrubada da fração interna do núcleo hegemônico da classe dominante tem como finalidade devolver o capital financeiro para o centro do capitalismo brasileiro para evitar que as políticas de conteúdo nacional se prolongassem, o que, segundo Farias, tem potencial para mudar a ordem das frações da burguesia dentro do bloco no poder e a predominância econômica de uma sobre a outra.

Uma fração da classe dominante não preponderante no plano econômico pode conquistar a hegemonia política, que serve justamente de alavanca para uma nova preponderância econômica. Mas, a médio e longo prazos, a tendência é ocorrer a correspondência entre a hegemonia política e a preponderância econômica. É quando uma política antecipadora da preponderância econômica se transforma numa política de adaptação a essa prevalência (FARIAS, 2009, p.94).

2.4. Autonomia relativa do estado e crise política

Além das disputas no seio da classe dominante, outro movimento se apresenta como catalisador da crise política de 2013 e contribui para excluir os intermediários no projeto político da burguesia, especialmente nos casos de São Paulo e Minas Gerais. Esse movimento é o de politização das ações de combate à corrupção, representado na operação Lava Jato e seus agentes.

A operação começa em 17 de março de 2014 com a investigação de 81 pessoas suspeitas de “ligação com contrabando, tráfico de drogas e câmbio clandestino, entre outros delitos”. A

operação foi deflagrada nos estados de Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e no Distrito Federal.

De acordo com as investigações, cerca de R\$ 10 bilhões teriam sido movimentados em atividades ilícitas — parte desse montante encoberto nas transações financeiras de uma rede brasileira de lavanderia em postos de combustíveis. Dali surgiu o nome que ficaria marcado na história brasileira: Operação Lava Jato (CNN, 2020).

Assim como as manifestações de 2013, a operação de 2014 só passou a ganhar atenção quando mostrou potencial político relevante. Isso aconteceu na sétima fase da operação, em novembro, depois da delação de Júlio Camargo e de Augusto Ribeiro, executivos da Toyo Setal, empresa de construção de empreendimentos industriais.

“Nesse momento é que apareceu a grande história: que existia um clube das empreiteiras, com as regras do jogo. Foi a partir daí que a imprensa comprou a Lava Jato”, disse a assessora de imprensa do juiz Sergio Moro, Christianne Machiavelli, à jornalista Amanda Audi do portal The Intercept (2018).

Fomentada pela oposição e alimentada pela mídia corporativa, que, segundo Machiavelli “comprava tudo” que os agentes ofereciam como notícia, a operação Lava Jato torna-se a solidificação do movimento anticorrupção como grande motor da crise política dali em diante.

Os agentes estatais envolvidos na operação se aproveitam de um mecanismo definido por Poulantzas como autonomia relativa do Estado. Essa autonomia diz respeito à posição do estado em relação à classe dominante, com os agentes estatais tendo um certo nível de autonomia para operar a política de maneira que dê alguma sustentação à democracia liberal capitalista (POULANTZAS, 2019).

O apoio da burguesia associada à Lava Jato garante essa autonomia aos agentes estatais empenhados na investigação e na punição de membros da burguesia interna. A delação de Antonio Palloci em 2017 mencionou, ao longo de 87 páginas entregues à força-tarefa, o banco Safra por 71 vezes e o Bradesco em outras 32, mas sem grandes consequências a dois dos maiores representantes da burguesia financeira no país.

Um documento da força-tarefa chamado “Ideias e Metas FTLJ 2017_2018”, que teve trechos publicados pelo site El País Brasil, mostra que a postura da Lava Jato contra as empreiteiras era de cerco. Ficou expresso textualmente no documento que seria “necessário

responsabilizar todas as empresas”. Porém, no caso das instituições financeiras, a postura deveria ser voltada à produção de acordos.

O documento diz que a postura de conivência com o sistema financeiro deveria ser tomada para evitar um “risco sistêmico”, mostrando um cuidado em não afetar a burguesia associada e suas relações com o capital global.

Contudo, essa mesma lógica não valeu para as construtoras. Segundo um levantamento do jornal Valor Econômico, a receita das companhias envolvidas na Lava Jato caiu 85% desde 2015 —ainda mais asfixiadas pelo corte de investimento público em obras— e dezenas de milhares de empregos foram perdidos (EL PAÍS, 2019).

A delação do ex-ministro Palocci, em 2017, foi encarada como grande instrumento político pela Lava Jato, com suas 359 citações nominais do ministro monetarista ao ex-presidente Lula. Porém, a delação continha também a menção a importantes banqueiros, o que fez com que, em 25 de janeiro de 2018, procuradores decidissem “romper com as negociações” sobre a delação premiada de Palocci, segundo informações colhidas num dos chats pelos quais se comunicavam os membros da força-tarefa.

A proposta de delação do ex-ministro apresentava uma narrativa complexa sobre sua relação com poderosos, como Joseph Safra (Banco Safra), Pedro Moreira Salles (na época, do Unibanco), Lázaro Brandão e Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), dentre outros. Sobre Safra, o ex-ministro conta que tinha “carta branca” para buscar recursos no banco sempre que ele ou Lula precisassem. Safra teria, inclusive, convidado Palocci para ser conselheiro em seu banco na Suíça. O empresário também teria pedido ajuda do Governo Federal para recuperar prejuízo que teve com a crise dos derivativos cambiais envolvendo uma das empresas em que tinha participação societária, a Aracruz, em 2008. (...)

Outros executivos do setor também iam pedir favores, conta Palocci. Segundo ele, o então economista-chefe do Bradesco, Octavio de Barros, e Júlio Siqueira, vice-presidente executivo do banco, o procuraram em 2009 quando ele exercia o mandato de deputado federal. Os executivos pretendiam obter informações adiantadas do Banco Central sobre a mudança da taxa básica de juros, a Selic (EL PAÍS, 2019).

Escolhendo poupar a burguesia associada, a Lava Jato avançou ampla e rapidamente sobre a burguesia interna, em especial, sobre a construção civil e a Petrobras, motores do projeto de desenvolvimento econômico via gastos públicos acelerado a partir de 2008, com o PAC.

Um levantamento feito pelo jornal Valor Econômico apontou que, de 2015 a 2020, enquanto vigorou a Lava Jato, que durou oficialmente até fevereiro de 2021, houve uma queda progressiva e acentuada da receita líquida do somatório das construtoras Odebrecht, Andrade

Gutierrez, OAS, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, UTC, Engevix e Constran, que saíram de uma receita líquida de quase R\$ 78,7 bilhões em 2015 para R\$ 11,1 bilhões em 2020 (VALOR ECONÔMICO, 2021)¹⁴.

A amputação desse segmento da burguesia do bloco no poder só foi possível devido à autonomia relativa que receberam os operadores de órgãos públicos de cargos com alta remuneração, como do Ministério Público, da Polícia Federal e dos tribunais, inseridos dentro de uma classe média alta.

É essa alta classe média que ocupa cargos do alto funcionalismo em órgãos supracitados, responsáveis pela manutenção da ordem, deflagrarão uma suposta luta contra a corrupção ao começar a, “de maneira unilateral, denunciar, investigar e julgar quase que exclusivamente as práticas de corrupção cometidas pelo PT e seus aliados (BOITO, p.216)¹⁵”.

Alguns entre os membros desses órgãos foram promovidos pela opinião pública ao papel de heróis que lutavam contra o sistema político – compreendidos como intrinsecamente corrupto e ineficiente. Autorizados por essa opinião e pela fração mais poderosa da classe dominante, foram responsáveis pela condução das investigações e prisões de membros importantes da fração interna da burguesia e de políticos proeminentes.

Durante a Lava Jato, a burocracia estatal e sua autonomia relativa são usadas para reorganizar a correlação de forças no bloco no poder, ajudando a restabelecer a burguesia associada no centro de decisão da classe dominante. “A Lava Jato funciona como uma espécie de partido da alta classe média” (Ibidem) e aliou-se ao imperialismo e à burguesia associada brasileira a ele integrada para obter não apenas o impeachment de Dilma Rousseff, mas fazer a substituição da fração hegemônica no bloco no poder, de quem recebia apoio.

Para Boito, a alta classe média torna-se um ator importante no processo de desgaste do projeto liderado pelo Partido dos Trabalhadores. Essa fração da classe trabalhadora adere às críticas produzidas pela burguesia associada e as une ao sentimento de “ameaça” aos privilégios que diante do avanço das classes mais pobres.

Programas de valorização do salário-mínimo, cotas raciais e sociais nas universidades, facilitação do crédito voltado para o consumo, entre outras medidas acabaram por reduzir a

¹⁴ Levantamento feito pelo Valor Econômico publicado no dia 28 de maio de 2021 leva em conta ativos no Brasil e no exterior das empresas da construção civil investigadas pela Operação Lava Jato.

¹⁵ Boito – Reforma 216

vantagem relativa da alta classe média em relação aos demais estratos da classe trabalhadora (Ibidem).

Para Boito, a redução das diferenças de acesso a bens e serviços dentro da classe trabalhadora...

...são vistas pela classe média como uma conta que ela terá de pagar por intermédio dos impostos que lhe são cobrados, como uma ameaça à reserva de mercado que os seus filhos ainda detêm nos cursos mais cobiçados das grandes universidades e nos cargos superiores do serviço público, como afrontas aos valores da ideologia meritocrática – tão cara aos profissionais com diploma universitário –, como uma intromissão nas relações autoritárias e paternalistas que as famílias de classe média mantêm com os seus funcionários domésticos (Ibidem, 217).

A Lava Jato como grande força desse “partido da classe média” não foi, porém, protagonista no processo de reestruturação da política institucional, mas instrumento do capital internacional e da burguesia associada brasileira na sua luta contra a burguesia interna.

2.5. Abandono da burguesia interna ao projeto conciliador

A distribuição mais comum das forças dentro do bloco no poder, como explicado anteriormente, diz respeito às indústrias como participantes da burguesia interna, enquanto o setor financeiro se consolida como parte da burguesia associada ao capital estrangeiro, como ficou evidente ao longo dos projetos petista e tucano entre 1994 e 2016.

Porém, essa relação pode ser muito mais complexa, em especial em países periféricos por conta da dependência que mantêm do capital estrangeiro em diferentes setores. Por isso, há um caráter ambíguo na fração interna da burguesia na relação que mantêm com o capital externo: “ora se opõe a ele, ora o apoia. Isso se dá em razão das formas de dependência – financeira ou tecnológica – do capital nativo em relação ao capital externo” (FARIAS, 2009, p.88).

Esse caráter ambíguo da burguesia interna se manifesta intensamente no Brasil a partir de 2013, com o empilhamento das crises política e econômica, comentadas anteriormente.

A disputa pelo bolo do orçamento público é o que traz cizânias dentro do bloco no poder da grande burguesia brasileira. Enquanto os financistas apontam que o estado não deve promover investimentos porque essa é a função do capital privado, e cobra a produção de superávits primários para pagamento da dívida, a grande burguesia produtiva reclama da destinação do orçamento a juros. Porém, ambas concordam em um aspecto, a necessidade de reduzir as concessões que vinham sendo feitas aos trabalhadores.

As partes da burguesia interna que foram preservadas durante o avanço da operação Lava Jato, como a indústria alheia ao setor de infraestrutura e o agronegócio, aderem às bandeiras levantadas pela burguesia associada, com isso, a deterioração das contas públicas passa a ser uma bandeira de toda a burguesia brasileira. É cada vez mais uníssona dentro da classe dominante como um todo a reclamação sobre a perda da capacidade de investimento do país por conta do tamanho da dívida pública.

Boito destaca a bandeira do bloco no poder que unifica financistas e desenvolvimentistas. Ambos concordam com a necessidade de se ter...

...um Estado enxuto para os trabalhadores e dadivoso para os empresários. O governo Lula procura manter alguns ganhos marginais aos trabalhadores, mas não é fácil encontrar o ponto de equilíbrio para evitar defecções na frente política que ele representa (BOITO, p. 94).

Uma das matérias da revista da FIESP, de 2007 - quando uma das entidades mais importantes da indústria ainda apoiava o projeto conciliador -, é dedicada a fazer campanha contra a aposentadoria rural e a aposentadoria para idosos carentes, além de criticar gastos com funcionalismo público e previdência (REVISTA DA INDÚSTRIA, 2007).

Diante da crise econômica, a burguesia interna passa a compor com a burguesia associada para defender um ajuste fiscal que poupe o grande capital e incida principalmente sobre a classe trabalhadora, cujos interesses haviam sido contemplados, ainda que secundariamente, durante os períodos de crescimento econômico. Um levantamento junto aos documentos de grandes associações industriais apontou que...

... a tônica dessas associações é apoiar o ajuste fiscal e pleitear reformas que ferem os interesses dos funcionários públicos e dos trabalhadores do setor privado. Querem que o ajuste seja feito à custa dos trabalhadores. Não era isso que se destacava no período anterior. Pleiteavam-se, então, medidas do Estado favoráveis ao crescimento econômico e poupavam-se os interesses dos trabalhadores (BOITO, p. 275)

O avanço da crise política causa o processo de impeachment de Dilma Rousseff, que, depois de concluído, abre espaço para o retorno do projeto neoliberal. Este passa a ser implementado pelo vice-presidente Michel Temer, que lidera o projeto de intermediação dos interesses das classes dominantes entre 2016 e 2018, tempo em que vigorou seu mandato-tampão. E com a retirada das forças progressistas do governo e seu definhamento na correlação de forças dentro da política institucional, há um avanço a toque de caixa das bandeiras neoliberais.

Com a queda do agente fragmentador no ceio da burguesia, que eram as empresas do setor de construção civil – que garantiam a existência de um projeto conciliador entre frações burguesas e classe trabalhadora –, a burguesia passa a se reunir em torno das pautas da redução de gastos públicos e, principalmente, da pauta que invariavelmente reúne os interesses de todas as frações da burguesia: a redução do custo do trabalho, que culminaria na Reforma Trabalhista de 2017.

2.6. Intermediação no pós-crise

A crise política não cessou com a derrubada do governo petista e com a retirada da fração interna da burguesia do centro hegemônico do bloco no poder. Michel Temer, o intermediário do novo projeto neoliberal, terminou seu mandato com aprovação de apenas um dígito: segundo o Datafolha, apenas 7% dos brasileiros viam o desempenho do governo como bom ou ótimo em dezembro de 2018, no mês derradeiro do seu mandato-tampão, enquanto 82% dos brasileiros descreveram o governo como ruim ou péssimo.

Temer viu seu candidato nas eleições de 2018, Henrique Meirelles, ter uma popularidade ainda mais baixa: ele reuniu apenas 1,2% dos votos válidos, com apenas 1.288.948 votos (TSE).

Pouco depois, no dia 21 de março de 2019, Michel Temer seria preso pelo juiz federal Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em um desdobramento das ações da operação Lava Jato, fundamental para a retirada Dilma e para a chegada de Temer à presidência.

Segundo o Ministério Público do Rio de Janeiro, Temer foi preso pela acusação de integrar uma organização criminosa que teria praticado diversos crimes “envolvendo órgãos públicos e empresas estatais, tendo sido prometido, pago ou desviado para o grupo mais de R\$ 1,8 bilhão (BBC, 2019)¹⁶”.

Antes disso, o candidato da burguesia associada em 2014, Aécio Neves, já havia virado réu da Lava Jato no dia 17 de abril de 2018, acusado de corrupção e obstrução da Justiça após delação de alguns dos membros mais proeminentes da burguesia interna brasileira, os irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da Holding J&F. Segundo a denúncia, Aécio teria solicitado a Joesley Batista propina de R\$ 2 milhões em troca de atuação em favor do grupo empresarial (CONGRESSO EM FOCO, 2018).

Geraldo Alckmin, que viria a ser o candidato no lugar de Aécio Neves pelo PSDB em 2018 na tentativa do partido de se manter a maior legenda do campo conservador nas disputas nacionais, também sofreu o desgaste do movimento contra políticos tradicionais.

Nas eleições daquele ano, Alckmin teve 4,76% dos votos válidos, o que corresponde a 5.096.277 votos no total. O desempenho foi o pior do PSDB em sete pleitos presidenciais que o partido participou desde sua formação, e a única vez em que não chegou ao segundo turno.

No dia 23 de julho de 2020, Alckmin foi denunciado pela Lava Jato por corrupção passiva e lavagem de dinheiro nas relações que teria mantido com a construtora Odebrecht, e chegou a ter R\$ 11,3 milhões bloqueados a pedido da Justiça (VEJA, 2020).

Antes disso, no dia 3 do mesmo mês, o outro pilar do PSDB em São Paulo, José Serra, já havia sido denunciado pela força-tarefa por lavagem de dinheiro. Na denúncia, o Ministério Público Federal alegou que a Odebrecht pagou a Serra cerca de R\$ 4,5 milhões entre 2006 e 2007, e cerca de R\$ 23 milhões entre 2009 e 2010 para a liberação de créditos com a Dersa, estatal paulista. Ambos os pagamentos teriam sido feitos de forma ilegal, segundo a força-tarefa, e estavam relacionados a desvio de dinheiro das obras do Rodoanel, em São Paulo (G1, 2020).

Com o fracasso eleitoral, a deterioração da imagem dos tradicionais intermediários do projeto político da burguesia e o insucesso de uma candidatura genuinamente burguesa, como a do candidato do Partido Novo, João Amoêdo, que obteve 2.679.596 ou 2,50% dos votos, as classes dominantes se reuniram em torno de Jair Bolsonaro para 2018, como o representante de um projeto que renegasse as bases do projeto conciliador petista e, com isso, mantivesse as bases econômicas traçadas pelo governo de Michel Temer e pela burguesia associada após a expulsão do PT do governo e da burguesia interna do seio do bloco no poder.

Bolsonaro foi eleito com 57.797.847 milhões de votos e, embora seja político tradicional e membro das classes não-possuidoras, assumiu com a promessa de que a gestão da economia passaria às mãos da classe dominante.

A solução da burguesia associada para manter sua dominação diante da queda dos seus intermediários e a incapacidade de produzir novos quadros para a função foi apoiar um político fora da sua linha de ação usual. Porém, a condição para tanto era deter o controle das decisões econômicas.

Bolsonaro escolheu o empresário e executivo do setor financeiro Paulo Guedes¹⁷ para conduzir o “superministério” da Economia, que reunia os ministérios da Fazenda, do Trabalho e do Planejamento, fundamentais para o aprofundamento das políticas neoliberais. Com isso, o presidente deixou o comando da economia nas mãos de um membro legítimo da grande burguesia associada ao capital financeiro internacional.

Enquanto a burguesia se fazia presente na figura de Guedes na condução da economia nacional, nos dois maiores colégios eleitorais do país – antigos redutos de intermediários oriundos da academia e do funcionalismo público – a classe dominante conseguiu assumir o principal posto do executivo, com Romeu Zema e João Doria.

Diferentemente de Guedes, Doria e Zema são oriundos da burguesia interna brasileira, e são tanto expressão dessa capitulação da burguesia interna aos interesses da burguesia associada depois da queda do projeto conciliador em 2016 quanto símbolos da eliminação de intermediários na condução do projeto político da classe dominante.

¹⁷ Fundador do banco BTG e executivo de gestoras de investimentos, Paulo Guedes se notabilizou como voz do liberalismo econômico nos anos 1980, quando defendia “soluções afinadas com o liberalismo ortodoxo, a redução do tamanho do Estado, o corte de gastos, a manutenção do câmbio flutuante e a abertura do país para o comércio internacional”. Em fevereiro de 2018, “converteu-se em avalista” de Bolsonaro, político que, segundo matéria da revista Piauí, provocava “arrepios no establishment (...), principalmente, por atuar pela manutenção das estatais e proteger corporações e grupos, como o dos militares e dos servidores públicos” (REVISTA PIAUÍ, 2018).

CAPÍTULO 3

DORIA E ZEMA: A BURGUESIA “SE FIXA NO MEIO DA POPULAÇÃO QUE DIRIGE”

A ascensão de João Doria e Romeu Zema no âmbito da política institucional é resultado de um movimento que, nesta dissertação, será chamado de eliminação dos intermediários, movimento este que tem suas bases na crise política de 2013, com a acentuada perda de apoio dos partidos e líderes políticos que ascenderam principalmente depois da abertura democrática, entre o final dos anos 1970 e os 1980.

Ao longo deste processo, políticos tradicionais do campo conservador, que defendiam os interesses das classes dominantes no âmbito da política institucional, perderam seu capital político e, por consequência, os atributos para exercício da intermediação dos interesses da burguesia.

A eliminação dos intermediários é um movimento ainda em desenvolvimento, e, portanto, a ser observado para que sua profundidade e amplitude sejam mensuradas mais assertivamente.

Este capítulo será dedicado a fazer um recorte bem específico e estudará o desenvolvimento deste fenômeno nos estados brasileiros de Minas Gerais e São Paulo, e sobre o executivo destes estados, que ofereceram, de 1994 a 2014, os candidatos para a eleição presidencial, tanto do campo conservador (Fernando Henrique, José Serra, Geraldo Alckmin e Aécio Neves) quanto do campo progressista (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff).

Há, porém, uma diferença essencial no processo de eliminação do intermediário em cada um desses estados mencionados. Em Minas Gerais, essa eliminação significou não só a troca de agentes, mas também de partidos, com a retirada de cena - no que diz respeito ao executivo estadual - do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e a consequente ascensão do Partido Novo - organizado com uma estrutura que imita consideravelmente grandes corporações¹⁸ - na defesa dos interesses da burguesia.

¹⁸ O Partido Novo, criado em 2011, tem um processo de seleção de candidatos para postos de menor importância – como vereadores e deputados - que se assemelha a processos de seleção em grandes empresas, com avaliação curricular e aprovação pelas lideranças do partido. Para os cargos mais relevantes – como de presidenciáveis e candidatos ao governo estadual – a seleção leva em conta o capital econômico, já que o partido se caracteriza por não usar o fundo partidário e depende principalmente da capacidade de o candidato se autofinanciar.

Em São Paulo, por outro lado, essa eliminação aconteceu preservando a preponderância do PSDB, mas com uma mudança radical na cúpula do partido no âmbito estadual. É sobre a corrosão do PSDB por dentro e a consequente ascensão de Doria que esta dissertação se debruçará nos próximos parágrafos.

3.1. Dividir para conquistar: a ascensão de Doria no PSDB

A ascensão eleitoral de João Doria Jr. - vencendo dois pleitos seguidos: para a prefeitura, em 2016, e para o governo, em 2018 -, aconteceu num ambiente de deterioração do PSDB, segundo análise da imprensa especializada e, também, analisando a declaração de membros do partido.

Durante e depois da escalada de Doria ao governo de São Paulo, o que se viu foi uma reorganização do PSDB no estado, com um aumento de relevância dos empresários em detrimento dos funcionários públicos e acadêmicos, que representavam - desde a fundação do partido, em 1988, até meados dos anos 2010 -, o que se pode chamar de “núcleo duro” da legenda.

A figura de João Doria se destaca entre as novas lideranças tucanas, que emergem na segunda metade da década de 2010. Doria se filiou ao PSDB em 2001 e era um entre os vários empresários que compunham o quadro do partido, mas que não ocupavam seu centro de decisão, como mencionado anteriormente.

A ascensão de Doria está diretamente relacionada à sua estratégia de “campanha permanente”, que procura “obter a extensão das atividades de comunicação e a busca contínua do consenso também em períodos não eleitorais, transformando cada dia no dia da votação” (HECLO, 2000, p. 17). A estratégia foi instaurada ainda antes da sua primeira eleição, em 2016, e se prolongou.

A candidatura de Doria à prefeitura em 2016 e sua estratégia de campanha permanente significou uma ação agressiva sobre outros membros do PSDB, o que provocou uma divisão interna no partido. O primeiro ato dessa campanha, de derrubada de adversários internos, foi a disputa com Andrea Matarazzo¹⁹ nas prévias do partido, em 2016. Nessas prévias, Geraldo Alckmin apoiou Doria contra Matarazzo, que foi apoiado por José Serra.

¹⁹ Andrea Matarazzo esteve filiado ao PSDB desde os anos 1990 e dirigiu estatais durante o governo Mario Covas. Foi ministro-chefe da Secretaria de Comunicação do governo Fernando Henrique Cardoso de 1999 a 2001 e embaixador do Brasil na Itália entre 2001 e 2002. Foi subprefeito da região da Sé e secretário de Serviços e das Prefeituras da cidade de São Paulo. É sobrinho-neto do empresário Francesco Antonio Maria Matarazzo

Mais do que a disputa entre os dois pré-candidatos, as prévias significaram a deflagração da última disputa interna entre José Serra e Geraldo Alckmin no PSDB, os dois líderes do partido em São Paulo ao longo dos anos 2000 e metade dos anos 2010.

Em 2016, o quadro de divisões internas iria se consolidar. O PSDB racharia após as prévias. O candidato derrotado no processo, Andrea Matarazzo, deixaria o partido para se filiar ao PSD (Partido Social Democrático) e apoiar a candidatura de Marta Suplicy, desta vez pelo PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (GUARNIERI, 2017).

Uma matéria publicada no site da revista Exame aponta que, problemas nas prévias do partido para as eleições daquele ano começaram com uma interferência do diretório estadual do PSDB, que sofria forte influência de Geraldo Alckmin, sobre o diretório municipal, que era presidido por Mario Covas Neto²⁰, que viria a deixar o partido em 2018 ao acusar a legenda de “abandonar origens” e por “dificuldades com o prefeito da capital paulista, João Doria” (O POVO, 2018).

Sucessivos atrasos no cronograma foram resultado de intervenções do Diretório Estadual do partido, que atendem diretamente ao governador Geraldo Alckmin, grande influenciador no estado. Foram pedidas revisões de procedimentos e regras de votação. A decisão, prevista para dezembro de 2015, só saiu no último dia 20 de março (de 2016), com vitória de Doria. A mexida tirou força de Covas Neto e rendeu as regras a Alckmin, que durante todo o processo apoiou o empresário (EXAME, 2016)

Alckmin foi o principal cabo eleitoral da campanha de Doria em 2016, e o único entre as lideranças tucanas da vertente acadêmica a se posicionar ao lado do empresário. Tido no partido como um “arrivista que furou a fila”, Doria foi apontado por Arnaldo Madeira, um dos fundadores do PSDB, como um projeto solo de Alckmin para manter sua influência no partido. Madeira avaliava que Alckmin...

‘(...) tirou do bolso do colete um cara sem militância nenhuma’ e agiu ‘com desprezo’ em relação a FHC e Serra. ‘Ele pensa da seguinte forma: Para mim, importa ter tempo de tevê, não preciso ter aliados políticos. Na tevê, ganho a eleição’. Ele acha que o Fernando Henrique tem apenas prestígio, e prestígio não dá voto(...) ‘O Geraldo mudou muito de comportamento nos

(1854-1937), que era conhecido como Conde e de quem herdou o apelido no meio político. Francesco chegou a ser um dos homens mais ricos do mundo.

²⁰ Mario Covas Neto é filho de Mario Covas - um dos fundadores do PSDB – e entrou na política como coordenador de campanha do pai, em 1986. Foi secretário de governo na prefeitura de Caraguatatuba, litoral de São Paulo. Assumiu como presidente do diretório do PSDB na cidade de São Paulo em 2016. Deixou o partido em 2018 para se filiar ao Podemos.

últimos anos no sentido de aceitar más companhias’, comentou Madeira (REVISTA PIAUÍ, 2016).

Do lado de Matarazzo estavam posicionadas figuras como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, os senadores Aloysio Nunes²¹ e José Serra, além do ex-governador Alberto Goldman²². Porém, “nem mesmo essa equipe pôde bater a força que Alckmin e seu declarado apoio ainda têm em São Paulo. São figuras que não têm a mesma articulação do governador na região” (EXAME, 2016).

As prévias de 2016 do PSDB para a escolha do prefeito da cidade de São Paulo contaria ainda com uma denúncia ao Ministério Público do estado por parte do então vice-presidente nacional do partido, Alberto Goldman, contra a campanha de Doria por compra de votos nas plenárias. Quando Doria já era prefeito, Goldman disse que sempre viu o empresário como “uma pessoa sem escrúpulos”.

No dia 20 de março de 2016, Doria conquistou o direito de disputar a prefeitura depois da desistência de Andrea Matarazzo antes da prévia do partido. No dia 30 de março daquele ano, Doria mandou a seguinte mensagem no grupo de WhatsApp Comunica PSDB-SP:

E agora Andrea Matarazzo? Qual será o seu choro? O choro das mentiras. O choro das maldades. O choro dos vinhos. O choro dos charutos. O choro do desprezo pelos pobres. O choro da arrogância. O choro da incapacidade. O choro do Conde. O choro do derrotado (REVISTA PIAUÍ, 2016).

Goldman, do grupo liderado por Serra e Fernando Henrique Cardoso, reagiu à provocação dizendo: “(...) os tempos são outros. Hoje, o partido comporta ‘grandes empresários e gestores’

²¹ Aloysio Ferreira Nunes é advogado formado pela Universidade de São Paulo (USP); foi vice-governador do estado de São Paulo entre 1991 e 1994, eleito na chapa de Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB-SP); ministro de estado chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República de 1999 a 2001; ministro da Justiça de 2001 a 2002; secretário de governo da Prefeitura Municipal de São Paulo de 2005 a 2006; senador pelo PSDB-SP em dois mandatos, de 2011 a 2019, e deputado estadual pelo PMDB-SP em dois mandatos, de 1983 a 1991. Durante os anos da ditadura militar, foi membro da guerrilha de esquerda Aliança Nacional Libertadora (ALN) entre 1963 e 1968, antes do exílio na França. Antes das eleições de 2014, quando concorreu como vice-presidente na chapa de Aécio Neves (PSDB-MG), Aloysio Nunes disse que sua postura de combate à ditadura militar havia sido um erro.

²² Alberto Goldman formou-se engenheiro civil pela Universidade de São Paulo (USP) e se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1956, quando o partido atuava na clandestinidade. Filiou-se ao MDB-SP em 1970, pelo qual foi eleito deputado estadual em 1971 e 1975. Pelo mesmo partido foi eleito deputado federal em 1979, reeleito em 1983, 1991, 1995 pelo PMDB-SP e em 1999 e 2003 pelo PSDB-SP. Foi ministro dos Transportes entre 1992 e 1993 e vice-governador de São Paulo eleito na chapa com José Serra, em 2006. Exerceu o cargo de governador de São Paulo entre abril e dezembro de 2010, quando Serra se licenciou para concorrer à presidência. Faleceu em 02.09.2019

que abominam os políticos. Inflados por ambição, dinheiro e suporte do poder público, mostram seu verdadeiro caráter, sem pudor”.

Durante a formalização de sua candidatura, em convenção no dia 24 de julho daquele ano, “nem FHC nem Serra ou Aécio apareceram. Ao lado do candidato (Doria), apenas Alckmin levantava o seu braço” (Ibidem).

Como os relatos mostram, a cisão do partido já estava aparente na disputa para a prefeitura de São Paulo em 2016. E o racha se aprofundou a partir da eleição de Doria com prefeito de São Paulo, no dia 2 de outubro daquele ano. Doria vence o pleito em primeiro turno, com 53,29% dos votos válidos ou 3.085.187 (TSE).

O empresário se apresentou ao eleitor como membro da nova política²³ ao mesmo tempo em que se mostrou capaz de absorver a maior parte do capital político de seu até então aliado e padrinho político, Geraldo Alckmin. Ao assumir a prefeitura da cidade mais rica do país, Doria passa a construir seu caminho como principal figura do PSDB no estado, além de iniciar sua empreitada para liderar o partido também em âmbito nacional.

Enquanto a práxis política pós-eleição poucas vezes contempla a continuidade de uma campanha midiática, João Doria inovou ao estender o clima de campanha e fortalecer a comunicação com os eleitores por meio da sua campanha permanente, como já foi mencionado.

Doria passa a incrementar sua imagem de “homem do trabalho”. Ele se dedica a afastar de si a imagem retratada por Tocqueville, de empresário que “se afasta do povo para se servir dele”, buscando remover, por meio das estratégias de marketing político, a barreira que separa o homem de negócios do homem do trabalho; a classe empresarial da classe trabalhadora. Ele, enquanto classe dominante, busca fixar-se “no meio da população que dirige”.

Por meio do recurso da espetacularização, Doria recorre ao estereótipo de trabalhador, adotado durante a campanha eleitoral, com a finalidade de tornar sua imagem mais vendável. Ao tentar construir uma imagem de si e utilizá-la como plataforma de governo (Schwartzberg, 1977), os agentes políticos constroem um rótulo, com características que apontam para o perfil que se quer divulgar. Nesse sentido, Doria se posiciona como o político que representa os valores

²³ O movimento da “nova política” emergiu a partir de 2013, e é assim chamado porque apresentou um discurso de crítica radical contra a política tradicional, levantando bandeiras do campo da direita e da extrema direita. O movimento fazia oposição ao que chamava de “velha política”, aquela operada, em grande medida, por figuras advindas das universidades, do funcionalismo público, dos movimentos sociais e sindicais. A “nova política” teve como representantes - além de Romeu Zema e João Doria -, o Movimento Brasil Livre (MBL) e seus representantes e agregados, e aquele que viria a ser o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, entre tantos outros que ocuparam o vazio da política instaurado após a crise de 2013.

opostos da política, sobretudo quando associa sua imagem às prerrogativas da esfera empresarial (CHAIA; OLIVEIRA; MARTINS; FERNANDES, 2017).

Ao se aproximar do mundo do trabalho - apagando artificialmente as fronteiras entre a classe trabalhadora e a classe possuidora e fazendo delas uma só -, Doria se contrapõe à figura dos políticos profissionais, esses, sim, de acordo com seu discurso, privilegiados.

3.2. Campanha nacional de Doria

A estratégia de se afastar da imagem de político foi bastante explorada ao longo dos primeiros meses de mandato como prefeito, com destaque para a publicização da doação do seu primeiro salário, no dia 06 de fevereiro; e a espetacularização de ações de redução dos custos da prefeitura, lembradas em postagens de 13 e 20 de janeiro e 11 de fevereiro de 2017, quando abordou os avanços da gestão e anunciou a redução de gastos públicos.

A imagem de gestor e de homem que não precisa viver da política, apresentadas durante a campanha anterior ao pleito - estavam sendo aprimoradas.

Faltava ampliar as fronteiras, ir além dos limites da cidade de São Paulo. Para tanto, a partir do primeiro mês como prefeito, Doria acelera sua expansão dentro do partido, buscando pavimentar seu caminho para as eleições de 2018. Sua campanha nacional, com frequentes idas a outros estados, faz com que o nome do prefeito de São Paulo passe a ser incluído nas prematuras pesquisas eleitorais para o pleito presidencial de 2018.

Nos oito primeiros meses de mandato, Doria centrou sua agenda em viagens pelo Brasil e, no período mais intenso, passou por seis capitais em 15 dias.

A campanha permanente de Doria foi vista pelos analistas como uma tentativa de candidatura precoce à presidência, pouco tempo depois de ter assumido a prefeitura de São Paulo, o que causou mais um mal-estar dentro do PSDB. Desta vez, Doria movimenta-se em direção ao espaço ocupado por seu padrinho, Geraldo Alckmin, segundo uma análise de Gil Alessi, do El País, ao apontar que o presidenciável do PSDB para 2018 sairia “de um embate entre criador e criatura”:

...de um lado um veterano com mais de 40 anos de vida pública e três mandatos à frente do maior Estado do país e, do outro, João Doria, o novato empresário autointitulado ‘gestor e não político’ cuja chegada à maior prefeitura do país foi um projeto do próprio Alckmin (EL PAÍS, 2017)

Uma segunda análise, de Igor Gielow, na Folha de S.Paulo, aponta que, desde seu começo na prefeitura da cidade, Doria ensaiava o que foi chamado de “um voo solo”, impulsionado por institutos de pesquisas de opinião, que resolveram incluir Doria no páreo para a presidência em 2018.

O analista avalia que as pesquisas acabaram por colocar “em pé de igualdade” Alckmin e Doria, e que o prefeito identificava um “potencial de crescimento” para sua figura por conta do aumento do contato do eleitorado nacional com seu nome, pouco conhecido fora da cidade de São Paulo. Doria, segundo Gielow, “encampou o discurso de que o PSDB deveria usar pesquisas eleitorais para definir o melhor nome para a disputa” (FOLHA DE S.PAULO, 2017).

Nos primeiros oito meses à frente da prefeitura da capital paulista, Doria ficou 47 dias fora de sua jurisdição, sendo a maior parte das viagens para regiões do Nordeste, com vista a ampliar territorialmente sua campanha antecipada para as regiões no Brasil em que o PSDB tradicionalmente perdia para o Partido dos Trabalhadores nas eleições nacionais, e onde Doria precisaria de mais tempo, caso quisesse construir uma campanha nacional.

...a região pode ser a chave para uma vitória (do PSDB) em 2018, com seus mais de 39 milhões de votos espalhados por nove Estados. O Nordeste, considerado um reduto do PT – a região foi fundamental para a vitória de Dilma Rousseff em 2014 –, pode se tornar “campo aberto” frente à possibilidade de Lula ficar de fora do páreo (...) devido a uma condenação em segunda instância na Operação Lava Jato (EL PAÍS, 2017).

Apesar das movimentações, o então prefeito de São Paulo negava qualquer intenção de concorrer à presidência do país. Em agosto de 2017, a um programa do jornalista Willian Corrêa, da TV Cultura, Doria diz estar feliz com as avaliações para eventual candidatura presidencial, mas que não era momento para se discutir a campanha para 2018.

...é só o começo da gestão (na prefeitura), então não completamos nem oito meses ainda como prefeito da cidade de São Paulo, mas extrapolou os limites da cidade, os limites do estado, ganhou o Brasil, acabei sendo incluído em pesquisas eleitorais, estando bem posicionado, ocupando o terceiro lugar... Depois do Lula e do Bolsonaro vem o nosso nome. Me deixa feliz. É uma boa avaliação, como eu não tenho histórico, então, não tem recall (...) Mas não é a hora de *fazer* (sic) uma decisão desse tipo, é hora de fazer gestão. É o que estou fazendo à frente da prefeitura de São Paulo (TV CULTURA/YOUTUBE, 2018).

Doria foi incluído em pesquisas de intenção de voto desde 11 fevereiro de 2017, pouco mais de um mês após ter começado seu mandato como prefeito de São Paulo (BANCO DE DADOS/PODER 360).

Sua presença nas pesquisas se estendeu até metade do ano seguinte. Mas, em outubro de 2017, uma pesquisa do Datafolha entre moradores da cidade de São Paulo apontou que 45% dos paulistanos preferiam Alckmin a Doria como candidato à presidência. Doria teve 31% da preferência na comparação com o padrinho político.

A pesquisa do Datafolha apontou ainda que, apenas 10% dos paulistanos avaliavam que Doria deveria concorrer à presidência no ano seguinte, enquanto 58% diziam que ele deveria continuar como prefeito da cidade de São Paulo.

Os eleitores de São Paulo avaliaram também o impacto das viagens de Doria ao longo dos nove primeiros meses de mandato. Para 49% dos entrevistados, as viagens traziam mais prejuízos do que benefícios para a cidade, enquanto 35% avaliavam que as viagens traziam mais benefícios do que prejuízos.

Pesou também contra Doria o fato de que a maioria ampla dos entrevistados acreditava que as viagens eram fruto de um projeto pessoal do prefeito: 77% dos entrevistados disseram que Doria teria benefícios pessoais com a viagem.

Na cidade de São Paulo, enquanto havia uma percepção predominante de que Doria estava usando a gestão na prefeitura como um trampolim político, e de que o prefeito estava querendo atravessar o caminho do seu padrinho, Geraldo Alckmin, no âmbito nacional, a campanha não-oficial de Doria não decolava. Em pesquisa nacional do Datafolha, realizada duas semanas antes da feita em São Paulo, Alckmin e Doria se mantinham empatados com 8% das intenções cada um (FOLHA DE S.PAULO, 2017).

Uma pesquisa do Poder 360 apontou que, em maio de 2018, Doria e Alckmin empatavam em intenções de voto. Doria tinha 6% das intenções, enquanto Alckmin oscilava entre 6 e 7%, a depender do cenário (PODER 360). A dificuldade de Doria transformar suas investidas pelo Brasil em intenções de voto acabou por desmobilizar o então prefeito.

Presidente do PSDB em 2017, Tasso Jereissati, do Ceará, disse, à época, que Alckmin era “o primeiro da fila” para a candidatura presidencial. Antes disso, Alckmin já havia declarado textualmente que queria ser presidente, enquanto Doria não assumia intenção de concorrer a qualquer cargo.

3.3. Recuo estratégico para o Executivo Estadual

Em novembro daquele ano, Doria desmobilizou sua campanha nacional e se colocou totalmente fora da disputa pela presidência, abrindo espaço e fornecendo seu apoio a Geraldo Alckmin.

Em convenção do PSDB, Doria chegou a pedir que o PSDB não realizasse prévias para que a candidatura de Alckmin fosse indicada de forma direta. “Quem esteve privadamente com Doria nos últimos dias afirmou que o prefeito se mostra sóbrio, reconhece que a onda de euforia em seu entorno não se sustentou e que não há hoje possibilidade de se candidatar a presidente”.

A “possibilidade mais plausível”, segundo reportagem da jornalista Thais Bilenk para a Folha de S.Paulo, era de uma candidatura de Doria ao governo do Estado em 2018, como, de fato, aconteceu. O prefeito teria considerado determinante o apoio de Alckmin para chegar ao governo de São Paulo no ano seguinte e, por isso, renunciou à disputa presidencial em troca do apoio de Alckmin para o pleito estadual (FOLHA DE S.PAULO, 2017).

O papel de sucessor de Alckmin no estado de São Paulo seria disputado entre João Doria, sucessor natural dentro do partido, e Márcio França²⁴, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que havia sido vice-governador de Alckmin na gestão 2014-2018 de Alckmin. Embora tenha sido discreto no apoio a Doria, Alckmin acabou por ficar ao lado do seu correligionário (VEJA, 2018).

Em 20 de março de 2018, Geraldo Alckmin é apresentado como único pré-candidato à presidência da República pelo PSDB, e o partido confirma sua candidatura no dia 4 de agosto. O resultado da prévia realizada pelo partido naquela ocasião foi de 288 votos a favor de Alckmin, uma abstenção e apenas um voto contrário.

No começo de abril, o PSDB realizou as prévias para o governo de São Paulo, vencida por João Doria, com 80% dos votos. Nessa votação, Doria venceu uma figura bastante representativa da fase anterior do PSDB, quando o partido era liderado por acadêmicos e funcionários públicos hábeis em serem intermediários dos interesses das classes dominantes.

²⁴ Márcio Luiz França Gomes é advogado formado pela USP. Foi vereador em São Vicente, eleito pelo PSB-SP, em 1989 e 1997, e deputado federal, em 2007 e 2011. Foi escolhido como vice-governador na chapa de Alckmin nas eleições de 2014 e indicado como secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, acumulando os dois cargos. Assumiu o governo de São Paulo em 2018, quando Alckmin abriu mão do mandato para concorrer à presidência. França também foi presidente e secretário nacional do seu partido.

O cientista político Luiz Felipe d'Avila, concorrente de Doria nas prévias de 2018, teve 6,6% dos votos. Ele tinha como grande apoiador dentro do PSDB o seu cunhado, o empresário Abilio Diniz, herdeiro da rede Pão de Açúcar e que exerceu a presidência do grupo até 2013, membro proeminente da burguesia brasileira.

O resultado da eleição para o governo e para a presidência da República no primeiro turno de 2018 pode ser apontado como o marco definitivo da eliminação do intermediário no estado de São Paulo.

A passagem de Doria para o segundo turno e a derrota histórica de Geraldo Alckmin no âmbito nacional já em primeiro turno inverteu a correlação de forças dentro do partido. Alckmin teve o pior resultado eleitoral do PSDB em eleições presidenciais desde 1994, quando o partido concorreu pela primeira vez, com 5.096.277 votos válidos, o correspondente a 4,76% do total.

Por outro lado, Doria venceu o primeiro turno para o estado de São Paulo por uma diferença de quase 2 milhões de votos e 10 pontos percentuais sobre o segundo colocado. Isso representou mais votos do que o conquistado por Alckmin em todo o Brasil no pleito presidencial. Doria fechou o primeiro turno com 6.431.555 votos. No segundo turno, Doria ganhou com 10.990.350 votos, por pouco mais de 700 mil votos de diferença (TSE).

Entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2018, um áudio gravado em uma reunião do PSDB, com alguns membros da cúpula do partido, no dia 9 de outubro de 2018, mostra o rompimento definitivo entre Alckmin e Doria.

Em matéria do Estado de S.Paulo, os jornalistas Pedro Venceslau e Adriana Ferraz, com base em áudio capturado, indicam que, durante a reunião, Geraldo Alckmin sugere que Doria o traiu: “...o ex-governador (Geraldo Alckmin) interrompe a fala de Doria por duas vezes. Na primeira, o chama de ‘Temerista’ e, na segunda, insinua que o ex-prefeito o traiu: ‘Traidor eu não sou’, diz Alckmin”, segundo a matéria (O ESTADO DE S.PAULO, 2018).

A campanha de João Doria entre o primeiro e o segundo turno é marcada pela iniciativa de Doria em ocupar todo o espectro do campo conservador/reacionário ao se apresentar como adversário das bandeiras progressistas. Doria diz que a esquerda estaria aglutinada em torno de Márcio França, “que é de um partido socialista, e que milita na esquerda”.

O candidato do PSDB tenta aproximar a sua imagem à do então candidato à presidência do país pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, que passava a ocupar, em âmbito nacional, o espaço reservado aos candidatos do PSDB até as eleições de 2014. Doria se

contrapunha a França se apresentado como um candidato “de centro”, “e, neste momento, apoiando um candidato de centro-direita, que é o Jair Bolsonaro, com toda convicção, porque ele é contra o PT” (ESTADÃO/YOUTUBE, 2018)

Para chegar ao pleito como o candidato do PSDB, Doria apresentou-se como representante da nova política. Porém, devido à dependência do capital político do seu partido e do seu então padrinho, Alckmin, o programa de governo foi produzido com a preocupação de não apresentar críticas diretas e duras ao *status quo*, ao contrário do que fez Zema, como será mostrado mais adiante. Doria, inclusive, manteve em seu programa de governo alguns princípios que zelavam pelo continuísmo na condução do estado.

Se a construção da figura de Doria como membro da nova política não esteve presente na formalidade de um plano de governo, ela foi produzida nos discursos do candidato fora dos documentos do partido. As entrevistas e manifestações na mídia do então candidato João Doria são mais eloquentes para demonstrar a ascensão de Doria.

O empresário conseguiu apresentar-se ao eleitor com uma imagem de empresário de sucesso, mas, principalmente, de homem apolítico, que governaria o Estado assim como governou suas empresas.

“Eu sou gestor. Não tenho nada contra políticos. Mas eu não sou um”, disse, em uma de suas entrevistas à revista Época (ÉPOCA, 2017), discurso que foi reforçado outras vezes, inclusive em um dos programas Roda Vida, quando foi questionado pela jornalista Sonia Racy “de onde” ele havia tirado “que não é um político”. “Como você chegou a esse raciocínio?”, questionou a jornalista. “A sua atuação não é de um empresário de iniciativa privada”, continuou. E Doria respondeu:

... Eu sempre fui conciliador, mas isso não quer dizer eu seja político (...) Minha alma, minha natureza não é (sic) política, as pessoas me perguntam, ‘você é de direita, de esquerda?’ Eu não sou nem de direita nem de esquerda, eu sou socialdemocrata, que é o princípio do meu partido, que é o PSDB, mas eu sou brasileiro, eu quero ser um bom gestor. As pessoas votaram em mim como prefeito para ser um bom prefeito, não para ser um bom político (TV CULTURA, 2016).

3.4. Romeu Zema e o neoliberalismo radical

Enquanto Doria escalava posições no PSDB com o desgaste dos antigos intermediários do projeto político das classes dominantes, Zema se consolidava como político proeminente em

Minas Gerais, mas sem ter que lidar com nenhum passivo político. O então candidato do Partido Novo avançava sem nenhum padrinho político, e sem a retaguarda de uma legenda tradicional.

Zema ascendeu capturando eleitores do grupo hegemônico anterior, de Aécio Neves e Antonio Anastasia, apresentando-se como alternativa dentro da direita de Minas Gerais. A ascensão de Zema aconteceu como parte de dois eventos principais: o vazio na política mineira depois do avanço das operações Lava Jato sobre o grupo hegemônico e a ascensão (ainda que pontual) do Partido Novo e seu modelo de partido empresarial.

Para as primeiras eleições nacionais da qual o partido participou, em 2018, foram recebidas inscrições de 460 pessoas de 13 estados para diferentes posições – de deputados estaduais a presidente. As prévias em Minas Gerais para a escolha do candidato ao governo do estado foram mera formalidade.

A convenção do Novo em Minas Gerais que indicou Zema para concorrer ao governo, em 2018, foi realizada no dia 21 de julho. Embora o evento tenha tido a presença de 230 pessoas, apenas cinco tiveram direito a voto, e todas elas indicaram Zema, o único concorrente, à posição de representante do Novo no pleito ao governo estadual (HOJE EM DIA, 2018).

O fato de Zema ter sido candidato solo está relacionado ao poderio financeiro do candidato. O Novo tem como princípio não utilizar o dinheiro do fundo partidário (TSE, 2019)²⁵. Sem dinheiro público, portanto, concorrem os que têm amplo capital próprio para investir, ou quem consiga aportes suficientes para bancar uma campanha. Zema reuniu as duas condições.

Como novo representante do campo conversador no Estado, Zema incluiu termos antes evitados pela direita nacional em seus discursos nas redes sociais e na televisão, mas também em seu programa oficial de governo, além de críticas diretas ao sistema político, algo que Doria não fez porque tinha interesse no ativo político do seu partido e do seu padrinho político, Geraldo Alckmin.

Zema, por sua vez, relaciona a política à corrupção e ineficiência. “Estado demais, gastos públicos demais, corrupção demais, impostos demais”, diz o programa de Zema (TSE, 2018, p.4).

²⁵ O Partido Novo mantém o valor recebido do Fundo Partidário em aplicações do Banco do Brasil, enquanto tenta “uma maneira de devolver ao Tesouro Nacional”, segundo o site oficial do partido.

Zema avalia que o papel do Estado até aquele momento tinha sido de antagonismo à sociedade: “até os dias de hoje, os governos têm prejudicado a sociedade devido à sua excessiva interferência e falta de integridade” (Ibidem). Novamente, Zema mostra a ruptura com a política tradicional.

O que se nota é que os programas de governo do grupo preponderante na direita mineira imediatamente anterior a Zema buscavam conciliar interesses das classes dominantes com o discurso de combate à pobreza, como pode ser notado em trecho do programa de Anastasia para a disputa de 2010. “Um dos compromissos mais sagrados será a redução da pobreza (...) Minas tem melhores indicadores sociais que os obtidos pelo Brasil, e o avanço deverá ser mais acentuado ainda” (TSE, 2010, p.5).

No programa de Anastasia havia a combinação de pautas relacionadas ao desenvolvimento econômico e à proteção social:

...deve-se caminhar mais na direção de um conceito que vá além do trabalho e que passe a lidar com a inclusão produtiva e a renda, através de associativismo, incubação de empresas, empreendedorismo, economia solidária, microcrédito, além de uma política aguerrida em favor de uma rede social de proteção de direitos em todas as suas dimensões, visando proteger todos os segmentos sociais (Ibidem, p.5).

No projeto de Zema, porém, há uma radicalização da pauta neoliberal. No plano de governo, a proposta acerca da desigualdade é “desmistificar” o discurso. “Desigualdade não se combate com maior regulação e maior tributação, se faz por meio do aumento de empregos e da não condenação ao sucesso” (TSE, 2018, p.8).

A ideia é que uma elite empresarial capaz de bem desenvolver seus negócios poderá cascadear seus ganhos para o restante da sociedade, distribuindo a renda para todos com o desenvolvimento do mercado, sem a necessidade de interferência estatal.

Por isso, Zema atribui o “desenvolvimento de empregos” ao “sucesso” das empresas. Ao longo do programa, ele também condiciona o combate à miséria extrema à plena liberdade de mercado. “As situações dos moradores de rua, de pessoas em situação de fome e de famílias sem condições de darem uma infância digna aos seus filhos” são problemas que, segundo o programa, não estão relacionados à distribuição de renda, mas, sim, à “geração de riqueza”.

Com relação à desigualdade, o projeto de Zema avalia que “o governo deve ser um facilitador e valorizador do empreendedorismo, de forma a garantir a real igualdade de condições entre aqueles que tomam o risco de empreender”.

Apesar de entender a atividade empresarial como principal motor do combate à pobreza, o plano de governo de Zema reconhece a necessidade de programas assistenciais, que devem estar “focados em quem realmente mais precisa”, sem definir faixas da população. Os programas sociais devem, porém, ser norteados pela lógica da “progressão, liberdade e independência econômica das pessoas” (Ibidem, p.11).

O programa de Zema coloca o estado como algo ineficaz, mas não só isso. O estado é um peso a ser carregado. “Deve se ter em mente que o Estado não produz, logo, não gera riqueza”. Ele avalia ainda que o papel fiscal do estado, de coletor de impostos, o transforma em “grande reprodutor da desigualdade” por conta de “subsídios irracionais e políticas sociais sem efeitos”.

“O que se observa ao longo da história política de Minas Gerais é que muitos governantes se colocaram como responsáveis pelo desenvolvimento social, ou ainda afirmaram que eram eles quem possuíam soluções únicas para enriquecer a população. Entretanto, esta é uma mentira, tendo em vista que apenas os indivíduos são capazes de gerar riquezas, já que o estado nada produz (Ibidem, p.8).

Zema se filiou ao Novo no ano da sua eleição, mas havia sido filiado do Partido da República (PR) – que, em 2006, assumiu o nome de Partido Liberal (PL) - de 1999 até 14 de abril de 2018, portanto, pertenceu ao quadro de um partido conservador por quase 20 anos (O GLOBO, 2018). Porém, alega não ter participado ativamente de nenhuma atividade partidária até sua mudança para o Novo.

3.5. Capilaridade do nome e da imagem de Zema, o empresário

A ascensão de Zema na política foi resultado da popularização da cultura empresarial. Embora Doria tenha também se beneficiado da sua imagem de empresário, apresentando-se como gestor e homem que não depende da política para viver, ele ainda detinha um passivo político, como já mencionado. Zema, porém, contava exclusivamente com sua figura de homem dos negócios.

Um dos motivos da popularidade de Zema era o sobrenome atrelado à sua rede de lojas. O Grupo Zema tem ampla capilaridade, em especial, nos rincões de Minas Gerais. Mais de 80% das lojas da Eletrozema, a rede de varejo do Grupo Zema, ficava em cidades com até 45 mil habitantes em 2018, com grande presença no interior de Minas, mas também em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Goiás e Bahia.

Outro trunfo foi sua imagem, amplamente divulgada dentro de suas lojas espalhadas por Minas Gerais por conta das campanhas de marketing do Grupo Zema que usavam a imagem de Romeu Zema como garoto propaganda.

Em uma reportagem do site do jornal O Globo, a jornalista Amanda Almeida retrata, entre o primeiro e o segundo turnos das eleições, Zema como “o boneco de loja que pode virar governador de Minas”. A matéria conta que, “em tamanho real, ‘os bonecos’ de Zema agradeciam a visita de consumidores: ‘Que bom que você veio’. Nos caminhões da empresa, a foto de Zema também circulava como adesivo no interior do estado”.

O alcance da imagem permitiu, entre outros fatores, o erguimento da sua candidatura, que cresceu rapidamente ao longo da campanha política. No pleito para o governo de Minas Gerais, o empresário-político largou com 5% de intenção de voto, segundo pesquisas realizadas pelo Datafolha entre os dias 20 e 21 de agosto e 4 e 6 de setembro, mas o então candidato pelo partido Novo terminou o primeiro turno com 4.138.967 e 42,73% dos votos válidos, bem à frente de Anastasia (PSDB), segundo colocado, que teve 2.814.704 ou 29,06% dos votos válidos.

No segundo turno, a diferença foi ampliada, com Zema recebendo 6.963.806 ou 71,80% dos votos válidos, enquanto Anastasia teve menos votos que o registrado em primeiro turno: 2.734.535 ou 28,20% do total de votos válidos.

A presença massiva da imagem e do nome de Zema pelo estado se soma a outro fator importante, conjuntural: o aumento da confiança do público na figura dos empresários e no papel das empresas na sociedade.

A pesquisa Trust Barometer da empresa de inteligência de mercado e comunicação Edelman apontou que, em 2018, ano de consolidação da ascensão política dos empresários mencionados, as empresas estavam entre as instituições mais confiáveis para os brasileiros.

“Como resultado disso, 60% dos entrevistados no País afirmam que os CEOs devem assumir liderança em movimentos de mudanças no lugar de esperar que o governo as imponha”, diz o relatório da empresa.

Além disso, 41% dos brasileiros afirmaram que as empresas representavam um caminho para um futuro melhor em contraposição a um estado dominado pela corrupção. O Trust Barometer apontou que 81% dos entrevistados entendiam o governo como a instituição mais corrompida (EDELMAN, 2018).

A figura do empresário como homem de sucesso passa a superar a barreira da classe média, historicamente adepta ao discurso da meritocracia, e avançar também sobre as classes de menor renda, que passam a perceber, cada vez mais, o estado mais como um inviabilizador do sucesso pessoal do que um facilitador do bem-estar geral.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2017 apontou que a figura do empreendedor/empresário passou a ser bem aceita na periferia porque havia nela a imagem do self made man, o homem que faz a si mesmo, capaz de superar as dificuldades de uma sociedade e de um estado disfuncional.

A cultura empreendedora cresce na periferia como uma espécie de boia de salvação do trabalhador, que se via, de um lado, abandonado pelo estado por não oferecer serviços de qualidade, e, por outro, pressionado pela falta de emprego ou da possibilidade de garantir uma presença estável no mercado de trabalho:

'Correr atrás' é (...) um dos argumentos mais utilizados pelos batalhadores para justificar a ética profissional empreendedora dessa fração de classe [trabalhadora]. Alheios aos postos de trabalho qualificados (devido a carência de um capital cultural e social específicos, dentre outros), a população periférica recorre a toda e qualquer possibilidade de ganhar dinheiro, de preferência, de forma honesta. É por este caminho que conseguimos compreender aquilo que a pesquisa (...) designou por "empreendedorismo", isto é, um modo de trabalho mais flexível e aparentemente mais autônomo do que o regime assalariado (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017).

A solução é empreender, tornar-se empresário entregando-se ao papel de empresário de si, abraçando a ideia de pertencer à classe empresarial e criando, por isso, um vínculo com ela.

Nesse caldo de cultura, o homem de negócios bem-sucedido tem a vantagem, no imaginário popular, de saber operar seu patrimônio, e, por isso, pode vir a operar com destreza também o estado, com a vantagem de que, por já ter patrimônio vasto, poder viver para a política sem depender dela como meio de subsistência.

Portanto, o empresário de sucesso, percebido como bom gestor e financeiramente independente, afasta de si duas das maiores rejeições que o político tradicional carrega: a ineficiência e a corrupção.

CAPÍTULO 4

O SELF-MADE MAN E A SUPOSTA SUPERIORIDADE MORAL DE QUEM “VIVE PARA A POLÍTICA”

A depreciação das figuras tradicionais da política, do político de carreira, conferiu crescente valor negativo ao que Weber chama de “homem que vive da política”, aquele que “vê na política uma permanente fonte de rendas”.

Ao mesmo tempo, há o fortalecimento da imagem do empresário como símbolo de eficiência e mérito, e como figura que deveria participar ativamente das decisões políticas do país, como mostra a pesquisa Trust Barometer, mencionada anteriormente.

Ao se colocar como disponível para empregar a sua ética e eficiência a cargo do setor público, o empresário bem-sucedido passa a ser encarado como a figura que Weber define como “homem que vive para a política”, aquele cuja situação econômica independe dos seus ganhos como funcionário público.

Os representantes da “nova política” com origem no mundo empresarial, casos de Doria e Zema, reuniram qualidades que os afastavam das figuras da política tradicional, em franco processo de desgaste.

Uma dessas qualidades dos *businessmen* bem-sucedidos que chamou a atenção dos eleitores ao longo principalmente da década de 2010 é a independência financeira, resumida na ideia de que, quem tem muito dinheiro está menos exposto à tentação da corrupção.

Essa ideia, da maior aptidão do homem risco para a política, foi bastante abordada na obra *Ciência e Política – duas vocações*, de Max Weber. Segundo Weber, há duas maneiras de se fazer política, vivendo dela ou vivendo para ela. Aquele que entra na política sem depender dos proventos que ela traz tem mais possibilidades de se dedicar verdadeiramente ao trabalho:

Quem vive ‘para’ a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em ‘fim de sua vida’, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma ‘causa’ que dá significado a sua vida (WEBER, 1967, p.64).

Weber identifica como um problema a dependência que o “homem que vive da política” tem dos salários que recebe à frente de um cargo público, dependência essa que estaria ausente em pessoas que acumularam fortuna antes da vida pública, como Doria e Zema. “Eu não roubei,

não abusei do poder e nunca vivi da política” (PROPAGANDA ELEITORAL GRATUITA), disse Doria em campanha de 2018, quando se apresentou para concorrer na eleição ao governo de São Paulo.

Weber reconhece que, pela necessidade de contar com pessoas que vivam para a política, as camadas dirigentes dos partidos e do Estado “são recrutadas seguindo critério plutocrático”. Ele também assume que esses buscarão manter a “segurança econômica” que conquistaram ao longo da vida, mas, ao menos, estão alheios à necessidade do homem que vive da política de “garantir o futuro” por meio da função pública, o que torna essa classe a única preparada para assumir, de fato, as funções públicas.

A condição financeira privilegiada evitaria que o político se acomodasse na posição de homem remunerado pelo aparelho estatal. A independência econômica é, portanto, a qualidade primordial para um homem da política, só assegurada pela fortuna pessoal. Aquele que depende de remunerações para sobreviver ao mês seguinte é, portanto, menos apropriado para as funções públicas.

O homem político deve (...) ser ‘economicamente disponível’, equivalendo a afirmação a dizer que ele não deve estar obrigado a consagrar toda sua capacidade de trabalho e de pensamento, constante e pessoalmente, à consecução da própria subsistência. Ora, em tal sentido, o mais ‘disponível’ é o capitalista, pessoa que recebe renda sem nenhum trabalho (WEBER, p.65).

Diante da perda de credibilidade da política tradicional, o *outsider* – aquele que vem de fora - passou a ter a seu favor o fato de estar alheio ao setor público, e, mais do que isso, de ser independente do que o setor público possa oferecer. Zema e Doria se apoiaram nessa suposta vantagem moral e a exploraram ao longo de suas campanhas.

Doria doou seu primeiro salário como governador de São Paulo, de R\$17.113,90, em janeiro de 2019 a instituições de caridade (FOLHA DE S.PAULO, 2019). Em 2020, havia prometido também, em sua conta pelo Twitter, doar seus salários de cinco meses para o Programa Alimento Solidário (TWITTER, 2020).

Zema também faz da filantropia um artifício da sua campanha permanente. O governador de Minas Gerais afirmou doar todo o seu salário, de R\$ 10,5 mil, para instituições de caridade (ESTADO DE MINAS, 2019).

O ato de não receber o salário é simbólico, já que não tem um efeito prático sobre o orçamento dos estados nem sobre o patrimônio dos políticos-empresários mencionados, mas procura comunicar ao eleitorado a dissociação deles do patrimonialismo e da corrupção, associados à política tradicional.

Com esse ato, ambos se aproximam da suposta vantagem moral que possuem as pessoas que podem viver para a política sem depender dos seus honorários. Para Weber...

...o homem político deve, em condições normais, ser economicamente independente das vantagens que a atividade política lhe possa proporcionar. Quer isso dizer que lhe é indispensável possuir fortuna pessoal ou ter, no âmbito de vida privada, situação suscetível de lhe assegurar ganhos suficientes (WEBER, p.65).

Diante dessas exigências, estariam aptos para a função pública um perfil muito específico de pessoas, são elas as que possuem títulos e vivem de renda que seja dissociada da atividade laboral. Só dessa maneira, segundo Weber, o homem teria como dispor de tempo e dinheiro suficientes para se tornar disponível às obrigações públicas.

Isso naturalmente limitaria a participação da classe trabalhadora na política institucional. Para Weber, o operário seria naturalmente inapto para as funções públicas por conta da necessidade que possui de trocar sua força de trabalho pelo sustento.

Porém, também o homem de negócios estaria inviabilizado para esse tipo de atividade pública, pensava Weber: “O homem de negócios está ligado a sua empresa, e, portanto, não se encontra disponível (...) Na maioria das vezes, o homem de negócios tem dificuldade para deixar-se substituir, ainda que temporariamente” (Ibidem).

Acontece que, a profissionalização da administração de empresas no capitalismo moderno permitiu aos homens de negócios se licenciarem de suas empresas, remunerando muito bem executivos para que assumam suas tarefas, mantendo o negócio altamente lucrativo.

Além disso, uma fortuna pode ser facilmente preservada e incrementada pelos mecanismos – cada vez mais complexos - de investimentos em renda fixa ou variável, como títulos públicos, ações de empresas, investimentos imobiliários e outras opções.

Vale mencionar que, tanto Doria quanto Zema se licenciaram de seus negócios para entrar na vida política, mas sem renunciar os proventos que esses negócios continuam a gerar, mesmo na ausência deles.

Romeu Zema afastou-se da presidência do Grupo Zema em 2016, deixando a liderança do grupo nas mãos de seu irmão, Romero Zema, dono de concessionárias de carros. Em 2017, Romeu deixou de receber proventos como executivo depois que abandonou o conselho de administração da empresa, porém, seguiu recebendo dividendos como acionista e dono de 30% do negócio (EXAME, 2018).

Doria, por sua vez, mesmo deixando a presidência do Grupo Doria, viu sua fortuna passar de R\$ 179,7 milhões, em 2016, ano de sua eleição para prefeito de São Paulo, para R\$ 189,8 milhões, em 2018, quando foi escolhido governador do estado, aumentando sua fortuna declarada em 5,65%, mesmo sem liderar os negócios atrelados a seu nome (TSE).

Ao contrário do que Weber avaliou a seu tempo, o *businessman* contemporâneo pode continuar ligado a sua empresa, não tendo dificuldades em deixar-se substituir - diante da contratação de gestores profissionais - e ainda se encontrar disponível para a atividade política.

4.1. Self-made men nos negócios e na política

Tanto Doria como Zema conseguiram ingressar na política como personificações do *self-made man*, ou homem que produz a si mesmo. Essa figura, profundamente arraigada à cultura empreendedora, exalta aquele que, pela austeridade, empenho e sacrifício, alcança fortuna nas áreas de interesse.

As campanhas de Doria e Zema os apresentam como *self-made men*, primeiro, no mundo dos negócios: homens trabalhadores que atingiram sucesso ao empregar energia na produção de riqueza. Em seguida, abdicam de suas carreiras para, em mais uma empreitada de desafios e privações, serem os homens que produzem a si mesmos na política.

Suas candidaturas tiveram como mote a versão de que eram homens de negócios que entraram na política como *outsiders*, abandonando seus negócios privados para arriscar suas reputações em um meio estranho, onde, conhecidamente, a exposição é grande.

Zema e Doria assumem uma ação que Joseph Schumpeter chama de “empreendedorismo político” (SCHUMPETER, 1964), que sugere inovação institucional, mas que também pode servir ao ente privado e à classe que representa como maximização dos lucros em seus negócios particulares.

Esse caráter dúbio do empreendedorismo político aponta para um paradoxo que se ergue no interior das candidaturas empresariais. Os empresários-políticos como Doria e Zema precisam conciliar a ideia de que são as novas vias na política – distantes do histórico corrupto

e patrimonialista da política tradicional – ao mesmo tempo que não podem negar a teoria do “*homo economicus*”, que se ergue a partir da teoria econômica neoclássica e sua ideia de que um homem só é capaz de servir a outro se houver recompensas materiais envolvidas nas relações sociais entre ambos (AVILA, 2010).

Como membros da classe dominante e líderes do projeto neoliberal em suas regiões de atuação, Doria e Zema não podem negar a base ideológica da teoria que defendem, por isso, precisam contornar as inconsistências.

Enquanto Weber diz que, terá uma atuação mais desinteressada aquele homem que não tem no seu rendimento como político a sua principal fonte de renda, a ideia de *homo economicus* que a teoria neoclássica apresenta dirá que os homens são movidos pela racionalização das suas ações, e que essas sempre atenderão a interesses individualistas.

Dito isso, João Doria e Romeu Zema, se são *homo economicus*, como propõe a teoria neoclássica, não estariam no comando do executivo de seus estados defendendo os interesses que sempre defenderam como homens de negócios? Se sim, não significa, então, uma nova face da mesma política interessada em gerir a coisa pública conforme os interesses individuais? Saem os políticos profissionais, entram os homens de negócio.

Esse caráter individualista que a teoria neoclássica atribuiu ao homem é resumida em um novo modelo de apresentação, o “*self-made man*”. Esse homem aparece na cultura empreendedora como aquele que, ao bem aplicar a lógica do mercado à sua vida como um todo, tendo o lucro como norte, consegue ascender socialmente.

Tipos ideais dessa figura criada pela ideologia neoliberal e modernizada na cultura empreendedora, Zema e Doria se apresentam como homens preparados para assumir a gestão pública. Porém, para tanto, precisam necessariamente omitir a outra face da moeda inerente à teoria do *homo economicus*, a da realização dos interesses pessoais na condução de qualquer ação social.

Bem realizada a omissão dessa segunda face do *homo economicus*, a classe dominante fortalece a sua credibilidade diante dos eleitores com a ascensão da cultura empreendedora e empresarial na sociedade. A partir disso, essa cultura do *self-made man*, do empresário de sucesso, bom gestor e – por isso, honesto - passa a ser amplamente celebrada.

As campanhas de Doria e Zema buscam colocar à luz a face do *homo economicus* que interessa, de homens que produziram a si mesmos e tiveram como resultado o sucesso no mundo

dos negócios. Por outro lado, buscam manter nas sombras o caráter egoísta que sugere a teoria neoclássica do homem, que age orientado sempre por objetivos individuais e nunca coletivos.

O que sustenta a figura do *self-made man* nas campanhas de Doria e Zema, portanto, é a suposta habilidade que ambos possuem de produzir riqueza pelo próprio esforço, diante de condições adversas. Como veremos, mesmo essa face do *self-made man* encontra problemas para ser comprovada quando submetida ao escrutínio.

4.2. Costa Doria e o acúmulo de capital desde o Brasil-colônia

Os primeiros registros da família Costa Doria no Brasil datam dos primeiros anos do Brasil-colônia. “O clã Costa Doria veio de Portugal com Tomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil, para fundar a cidade de Salvador em 1549”.

A história da família Doria na República brasileira começa com o bisavô do governador de São Paulo, também chamado João Agripino da Costa Doria (1854-1902), que era médico e foi prefeito temporário de Salvador entre outubro e novembro de 1895.

O pai do governador, João Agripino da Costa Doria Neto (1919-1920), era baiano e fez carreira na agência Standard, no Rio de Janeiro. Em seguida, mudou-se para São Paulo e abriu sua própria agência, a Doria Associados (FOLHA DE S.PAULO, 2016).

Doria Neto foi marqueteiro político tendo atuado nos espectros da direita e da esquerda. Como deputado federal pelo Partido Democrata Cristão (PDC), esteve mais próximo das pautas progressistas e nacionalistas. Defendeu o governo de João Goulart antes de ser exilado. Doria Neto foi cassado dez dias depois do início do regime militar e perdeu seus direitos políticos por dez anos. Neste período, o ex-deputado mudou-se para a Europa, onde a família viveu com parte da riqueza acumulada por gerações enquanto uma das famílias aristocratas mais antigas do país.

Com a ajuda de Ulysses Guimarães, o deputado (João Doria Neto) entrou na embaixada da Tchecoslováquia em Brasília com a esposa Maria Sylvia Vieira de Moraes Dias (1937-1974) e os dois filhos, João Doria Junior, de seis anos, e Raul, de um ano. Dali todos seguiram para o Rio de Janeiro, onde pegaram um voo para a França. A família viveu em Paris entre 1964 e 1966. Enquanto o pai estudava psicologia na Universidade Sorbonne, sustentava a todos vendendo, um a um, os quadros de sua coleção de pinturas de Di Cavalcanti, que Maria Sylvia havia arrancado das molduras e levado consigo para a Europa (DIÁRIO DO POVO, 2017).

Depois, Doria Neto ainda estudou psicologia, na Universidade de Sussex, na Inglaterra, e voltou ao Brasil apenas em 1974. Enquanto isso, João Doria Junior, seu irmão e sua mãe já estavam de volta a São Paulo.

Ainda durante a ditadura, Doria-pai volta ao Brasil e reconstruiu parte da fortuna perdida durante a ditadura. “No final dos anos 70, um general, amigo de amigos, regularizou a situação de Doria-pai, que fundou então o Mind Power, instituto que, influenciado pelo movimento hippie, implantava técnicas de combate ao estresse combinando meditação, ioga e física quântica” (PIAUÍ, 2016).

Tanto João Doria Junior quanto seu irmão, Raul, seguiram os passos do pai no ramo da comunicação empresarial. Doria Junior começou sua carreira profissional já como executivo: foi diretor da TV Tupi aos 18 anos, quando era aluno da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Teve passagem pela Rede Bandeirantes e em seguida foi diretor da agência de publicidade MGM. Todos esses cargos foram exercidos quando Doria ainda era universitário (ÉPOCA, 2017).

Embora tenha se apresentado em 2016 como o homem de fora da política, Doria exerceu cargos públicos desde o começo do período de abertura econômica, no começo dos anos 1980, intercalando sua atividade política com a carreira de executivo das áreas de marketing e publicidade.

Já nos anos 1980, fundou a agência DLS e foi sócio da agência Voice. Na política institucional, foi presidente da Paulistur (empresa estatal de turismo da Prefeitura de São Paulo) e secretário de Turismo da Prefeitura, ambos os cargos ocupados na gestão do Prefeito Mario Covas (1983-1986). Foi presidente da Embratur e do Conselho Nacional do Turismo durante a gestão federal de José Sarney (1985-1990).

Em 1990, Doria funda uma agência de promoções com o publicitário Luiz Lara e adquire a conta do cartão de crédito Diners Club, o que gerou uma proposta de compra da empresa vendida apenas dois anos após a sua inauguração (PIAUÍ, 2016). Em 1992, funda o Grupo Doria - do qual é presidente licenciado - e suas seis empresas: Grupo Lide, Doria Editora, Show Business Market Plaza Campos do Jordão, TV Lide, Villas Empresariais e Campos do Jordão Convention Center (TSE).

O Grupo Lide, responsável por eventos que reúnem empresas, empresários e figuras públicas, tinha, em fevereiro de 2019, faturamento anual de cerca de R\$ 349 milhões. A

empresa, a mais importante do Grupo Doria, foi fundada em 2003 e é a principal responsável por alavancar a figura de Doria no meio corporativo e no mundo político. Ela atua em 27 segmentos em 15 estados brasileiros mais o distrito federal e em 15 países.

O Grupo Lide é responsável pela organização de fóruns que discutem a perspectiva de diversos setores da economia, como o Fórum Lide de Varejo e Marketing e o Fórum Lide de Agronegócios. O principal deles é o Fórum Empresarial, que sempre conta com personagens proeminentes da política nacional e empresários de todos os setores.

Na 19ª edição do Fórum Lide Empresarial, realizado em dezembro de 2020, durante a pandemia de Coronavírus, estiveram presentes o então presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, o senador Antonio Anastasia, o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, além do próprio governador de São Paulo e presidente licenciado da empresa, João Doria, e do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, entre vários outros empresários e políticos.

No 18º Fórum Lide Empresarial, de 2019, estiveram presentes o ministro da Economia do Governo de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, novamente o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre (LÍDER INC., 2020).

O faturamento do Grupo Lide está atrelado principalmente ao patrocínio de empresas aos eventos que ele produz. Em 2019, os patrocinadores do Fórum Lide Empresarial foram Amil, BNZ, Bradesco, BTG Pactual, CSN, Grupo Vamos, MRV e XP Investimentos.

Como comunicador, Doria teve maior alcance, segundo ele próprio, durante sua participação em programas na TV aberta, como *Show Business*, *Face a Face* e *O Aprendiz*, quando ele rompeu a barreira de comunicador de eventos e publisher de revistas como Lide e Robb Report, que pertencem à Doria Editora e que são voltados para empresários e políticos proeminentes.

“O Aprendiz colocou a minha imagem perante um universo de público que eu não atingia anteriormente. O meu público sempre foi muito A e um pouco B. Agora ele é muito B e muito C, mas eu gosto”, disse, em 2011, cinco antes de concorrer em sua primeira eleição, apostando na figura de gestor e *self-made man* que o consagrou entre o público de menor renda (PIAUÍ, 2016), público esse que abraçava, cada vez mais, a cultura do empreendedorismo.

4.3. Família Zema e o patrimonialismo no interior de Minas Gerais

Assim como Doria, Zema herdou fortuna. Porém, a história da riqueza da família Zema no Brasil tem outra origem. Diferentemente da família Doria, que data do início da colonização, a de Romeu Zema chegou no fim do século 19, da região da Sicília.

Domingos Zema, avô do governador de Minas Gerais, foi o responsável pela criação do Grupo Zema depois de a família se estabelecer em Araxá, interior de Minas Gerais. Domingos era motorista e passou a trabalhar para uma das empresas de viação da região, a Auto-Viação Sacramento-Araxá.

A história da família Zema se mistura com a do desenvolvimento da região de Araxá:

Com o italiano Domingos Zema, motorista da referida empresa no início dos anos 20, onze pessoas — de acordo com a capacidade dos carros — chegavam em quatro horas a Araxá, contabilizando paradas nos pontos previamente estabelecidos ao longo da estrada como Ventania, Alpercatas e Poções (LIMA, 2006).

Domingos Zema obteve sucesso ao oferecer serviço de transporte privado em uma das novas rodovias do interior de Minas Gerais, onde não havia transporte público, sendo autorizado a isso pelo poder público.

Tal qual o percurso de Sacramento a Araxá cumpria-se o caminho entre Uberaba e Araxá por meio de empresas arrendatárias desse privilégio, uma vez que a estrada de ferro ainda não alcançava diretamente a cidade. (...) Durante o ano de 1922, esse roteiro (Araxá-Uberaba) esteve arrendado a Domingos Zema, já desligado da Auto-Viação Sacramento-Araxá, que o fazia em 5 horas, conduzindo três pessoas no seu Ford modelo T-1914 (LIMA, 2006).

Foi a proximidade de Domingos aos políticos da região que garantiram à família ser beneficiada com o arrendamento do trajeto Araxá-Uberaba para a realização do transporte particular de passageiros na região por meio da sua empresa Auto-Viação Araxá-Uberaba. O Grupo Zema viria a ser formado a partir dos negócios de transporte de Domingos Zema.

Os serviços de transporte passam a financiar serviços de manutenção de via, oficinas mecânicas e, depois, a venda de combustível ao longo da estrada, que funcionava de maneira ilegal e foi aberta sem subvenção estadual, virando palco de disputa entre empresários e motoristas com fazendeiros e prefeitos da redondeza (Ibidem).

Em alguns anos, a família Zema viu a fortuna crescer. Segundo Ricardo Zema, pai do governador de Minas Gerais: “Ele (Domingos Zema) adquiriu mais dois, três carros, depois um

trator para fazer a manutenção da estrada, e, com isso, criou a primeira oficina dele” (SEM CENSURA, 2014).

Domingos passou a oferecer serviços de mecânica aos carros que passavam a trafegar pela via da qual ele próprio virou arrendatário com a permissão das autoridades locais.

Em 12 de maio de 1923, foi fundado o grupo Zema como empresa de negócios de transporte privado de passageiros, arrendamento e manutenção de estrada e manutenção de veículos. À época, o Grupo Zema conseguiu o direito de ser um revendedor Ford no Brasil, comercializando no país os veículos da montadora americana. Em 1935, o Grupo Zema fundou o primeiro posto de gasolina da rede.

A fortuna construída por Domingos Zema financiou os estudos de Romeu Zema, o avô do governador de Minas Gerais, em Ribeirão Preto, como explica Ricardo. Romeu-avô depois viria a assumir a empresa com seu irmão, que estudou medicina também em Ribeirão Preto. À época, ainda nos anos 1930, a família Zema já se destacava como uma proeminente família do estado de Minas Gerais, quase 90 anos antes de Romeu Zema Neto ser eleito governador.

Em 1991, Romeu Zema assume, aos 27 anos, o controle do grupo criado pelo bisavô. Em 2018, ano em que Zema foi eleito governador, o grupo registrava um faturamento anual de R\$ 4 bilhões e estava presente em dez estados com lojas de varejo de eletrodomésticos e móveis, distribuição de combustível, concessionárias de veículos, serviços financeiros e autopeças, com atuação forte principalmente em pequenas cidades, com menos de 50 mil habitantes (EXAME, 2018).

A historicização da ascensão econômica das famílias de Zema e Doria – com o início longínquo da produção de riqueza e relações diretas com o poder há mais de um século - é necessária para colocar à prova a figura de *self-made man* na qual os dois empresários se ampararam para dar impulso às suas carreiras políticas.

Em resumo, Doria é filho de um político e empresário da comunicação, como ele próprio se tornou, e membro de uma família presente no Brasil desde sua fundação, e que se estabeleceu ao longo do período colonial escravista do país. Zema, por sua vez, é um empresário do varejo como seus pai, avô e bisavô, assumindo, antes dos 30 anos, um império empresarial que teve origem num processo à margem da lei de concessões de estradas no interior de Minas Gerais.

As fortunas de Doria e Zema são, portanto, anteriores às suas atuações como empresários, o que contradiz a figura construída por suas campanhas políticas de “homens que fizeram a si

mesmos”. As fortunas que os antecederam contribuíram para que alavancassem suas próprias fortunas, o que permitiu que se apresentassem como homens que podem viver para a política, com capital suficiente para terceirizar a gestão de suas empresas e se dedicar a transformar o capital econômico em capital político.

4.4. Conversão de capital econômico em capital político

Quando entraram na política, Doria e Zema tinham fortunas de 179,7 milhões e 69,7 milhões respectivamente (TSE). A conversão de parte desse capital econômico em capital político foi facilitada pela mudança na legislação eleitoral, em 2015, quando foram proibidas doações de empresas a partidos políticos, que, ao invés de evitar o abuso do poder econômico sobre o processo eleitoral, acabou por concentrar o financiamento de campanha nas mãos dos próprios empresários, que poderiam continuar doando normalmente.

No PSDB de Doria, o que se viu foi...

...um quadro de escassez de recursos, resultado das alterações nas regras de financiamento de campanha e sem a garantia da entrada de contribuições por parte dos filiados. O comando do PSDB paulistano optou pela atração do candidato/empresário como solução para dominar essa zona de incerteza e tornar viável o custeio da máquina de campanha (FRANZON, 2018)”.

O centralismo e o personalismo passam a ganhar força diante da concentração de recursos na mão de empresários, como se vê também no caso da eleição de Zema, que conta com sua própria capacidade de investimento e de atração de outros empresários para dentro do seu projeto político.

Excluindo o seu partido, o Novo – que doou R\$ 2,1 milhão, o maior doador da campanha de Zema foi Salim Mattar²⁶, executivo da Localiza S/A, que viria a ser nomeado logo em seguida como secretário de Desestatização do Governo Federal pelo presidente recém-eleito Jair Bolsonaro, que teve o apoio de Romeu Zema. Mattar doou R\$ 700 mil para a campanha de Zema, o que corresponde a 12% do total.

O irmão de Mattar, Eugênio Mattar, presidente da Localiza S/A, foi, em 2020, a pessoa que mais recebeu dinheiro do governo federal. Ainda antes de o irmão deixar a Secretaria de

²⁶ Salim Mattar assumiu a Secretaria de Desestatização do Governo Federal no início do governo Bolsonaro e deixou o posto em 11 de agosto de 2020 após pedir demissão

Desestatização, Eugênio recebeu um total de R\$ 15,2 milhões. “O pagamento foi registrado no Tesouro Nacional em 4 de junho, 68 dias antes da saída de Salim do cargo” (PIAUI, 2021)²⁷.

Ricardo Antonio Vicitin, presidente da Rima Industrial, foi o segundo maior doador pessoa física de Zema, com R\$ 300 mil aplicados na campanha de Zema, o que representou 5,1% do total arrecadado.

O terceiro maior doador pessoa física foi o próprio Zema, com R\$ 271 mil, o que representa 4,6% do total.

É preciso contabilizar, ainda, a doação de outros empresários contida no montante doado pelo partido, que corresponde a 36,5% do total arrecadado por Zema. O restante do dinheiro, levantado pelo partido, é oriundo da doação de seus filiados.

Já no caso de Doria, o personalismo fica ainda mais evidente. Nas eleições de 2016, Doria doou R\$ 4,4 milhões do próprio bolso, mais de um terço dos R\$12,4 milhões que arrecadou no total para a campanha. As doações próprias representaram 35,7% do total (TSE).

Vale destacar que a fortuna de Doria era a maior entre os candidatos à prefeitura de São Paulo em 2016 e a segunda maior do país nos pleitos municipais. Quando se candidatou, o empresário tinha um patrimônio declarado de R\$ 179,7 milhões, que aumentou para R\$ 189,8 milhões na prestação de contas de 2018 (TSE).

É preciso destacar também que, o investimento de Doria para torna-se prefeito em 2016 e o seu sucesso como político ascendente permitiram que ele reduzisse os investimentos próprios em sua carreira política. Com seu avanço como político, o sistema passou a financiá-lo em maior medida, sendo necessário um aporte menor de parte de sua fortuna no seu projeto político pessoal.

Em 2016, a segunda maior fonte de renda para a campanha de Doria foi o dinheiro recebido do partido, um total de R\$ 2,4 milhões, representando 19,9% do total arrecadado.

Em 2018, a relação entre dinheiro próprio e de fundo partidário no montante utilizada na campanha se inverteu. As doações de próprio bolso caíram para R\$ 3,4 milhões, o que representou 18,17% dos recursos obtidos de um total de R\$ R\$ 18,7 milhões. O dinheiro do partido representou 30,9% do total, somando R\$ 5,8 milhões.

²⁷ <https://piaui.folha.uol.com.br/o-campeao-da-verba-publica/>

Portanto, mesmo com o importante gasto inicial para entrar na política (R\$ 4,4 milhões), Doria viu um aumento de seu patrimônio pessoal e, na eleição seguinte, precisou usar menos de sua fortuna para avançar mais um degrau no seu projeto político, tendo conquistado o direito de ter maior acesso ao fundo partidário na campanha para o governo de São Paulo.

4.5. Predomínio da pauta empresarial na política institucional

Enquanto garantem o incremento de suas fortunas via administração profissional, os homens de negócio se movem em outra esfera para acrescentar aos seus ativos outro tipo de capital, o político, e os casos de Doria e Zema servem para personificar esse movimento, mas representam um fenômeno maior do que eles, de aumento da participação empresarial na política.

Em 2018, ano em que Zema e Doria venceram as eleições aos governos de Minas Gerais e São Paulo, o número de empresários representou 10,1% das candidaturas registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Era a profissão mais frequente entre os políticos, seguida pela advocacia, que representou 6,3% do total de candidatos, e, em terceira posição, os servidores públicos, 6% do total.

O número de empresários concorrendo nas eleições de 2018 representou um aumento na comparação com a eleição nacional imediatamente anterior, realizada quatro anos antes, pouco depois da deflagração da crise política. Em 2014, os empresários representavam 9,4% das candidaturas (GAZETA DO POVO, 2018).

Embora tenha havido essa ascensão quantitativa dos empresários na política ao longo do período da crise política, a ascensão mais intensa foi no aspecto qualitativo, ou seja, mais do que o aumento do número de empresários concorrendo por cargos eletivos, cresceu a importância das pautas empresariais dentro da política.

Como dito anteriormente, com a retirada das construtoras e do grande capital estatal do centro hegemônico das classes dominantes, o grande capital associado ao capital internacional volta ao centro de decisões da burguesia e reúne as classes dominantes como um todo em torno das seguintes pautas: a redução do custo da mão de obra e do gasto social dentro do Orçamento público. Essa pauta foi uma entre as que dominaram a política desde a queda do projeto conciliador encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores.

As pautas empresariais foram reunidas em uma “agenda de reformas²⁸”, que ganhou publicidade em 2015 na forma de um programa chamado “Uma ponte para o futuro”, organizado pelo então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e apresentado pelo então vice-presidente Michel Temer a empresários.

A Agenda de Reformas foi uma sistematização de iniciativas propostas pela força política que procurava substituir o Partido dos Trabalhadores no governo e substituir o projeto de conciliação de classes por um projeto neoliberal legítimo.

Para tanto, essa força política, atendeu a demandas do grande capital associado, como a redução de direitos sociais e trabalhistas e da máquina e dos gastos públicos, este último ponto abriu espaço para aumentar os esforços públicos para pagamento da dívida pública, que tem como principais beneficiados os grandes credores do governo.

Essa agenda foi amplamente apoiada pelas forças do mercado e pelos partidos conservadores e funciona como um guia para a austeridade econômica. A Federação Brasileira de Bancos - Febraban, grande representante do capital associado no país, publicou, em 2018, em seu relatório anual, que, “a aceleração do crescimento econômico depende do cumprimento da agenda de reformas estruturais” (FEBRABAN, 2018).

Como mencionado, diante da ruína do projeto de conciliação de classes, as demais frações da burguesia aderiram às bandeiras do capital associado. Uma matéria da Folha de S.Paulo de 7 de dezembro de 2015 diz que o então vice-presidente Michel Temer foi “aplaudido de pé (...) ao apresentar o programa de governo do PMDB²⁹ a empresários em evento da FecomércioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo)” (FOLHA DE S.PAULO, 2015).

Entre as propostas do programa “Uma ponte para o futuro” estão: o congelamento do orçamento público para gastos sociais e o consequente aumento do valor destinado ao setor

²⁸ A Agenda de Reformas, formalizada em 2015 no programa “Uma ponte para o futuro” foi uma sistematização de iniciativas propostas pelo mercado que visam a redução da máquina e dos gastos públicos e de direitos sociais e trabalhistas. Essa agenda foi amplamente apoiada pelas forças do mercado e pelos partidos conservadores e funciona como um guia para austeridade econômica (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015).

²⁹ “Uma ponte para o futuro” foi apropriadamente chamada pela Folha de S.Paulo de “programa de governo do PMDB”, o que expõe um movimento em busca da ocupação do Executivo Federal pelas forças que formularam e defenderam o programa em pleno mandato. “Uma ponte para o futuro” contrapunha o programa que já havia sido aprovado nas urnas, em 2014, com a eleição de Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores, que viria a ser substituído a partir de 2016 sem que houvesse um processo eleitoral que autorizasse essa mudança.

financeiro em forma de pagamento de dívidas e juros; a aprovação da Reforma Trabalhista, com a finalidade de reduzir encargos para as empresas e limitar o acesso dos trabalhadores a direitos laborais; e a aprovação da Reforma da Previdência, que reduz obrigações previdenciárias das empresas, principalmente a médio e longo prazos (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015).

A partir de 2016, com a ocupação da Presidência da República pelo PMDB e com a retomada da burguesia associada ao centro do bloco no poder, boa parte das pautas foi rapidamente convertida em projetos de lei e de emendas à constituição.

A Emenda Constitucional 96/2016, que ficou conhecida como Teto de Gastos, impõe o congelamento por 20 anos de gastos públicos voltados para Educação, Saúde, Cultura e Seguridade Social, corrigidos apenas pela inflação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2016).

A Seguridade Social também foi atingida pela Reforma da Previdência, contida na Emenda Constitucional 103/2019, que reformou o sistema previdenciário, aumentando o tempo de contribuição necessário para a aposentadoria.

A Reforma Trabalhista, formalizada em 2017, com mudanças substanciais na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), facilitou a contratação de trabalho intermitente e a pejetização³⁰, entre várias outras mudanças substanciais.

Vale ressaltar que, dentro da Reforma Trabalhista está contida a retirada da obrigatoriedade do pagamento obrigatório de contribuição sindical, que causou uma queda de 90% na arrecadação da contribuição sindical entre março de 2018 e o mesmo mês de 2019 (ESTADÃO CONTEÚDO/UOL, 2019).

O incentivo à flexibilização do trabalho e a aceleração da degradação da representatividade via sindicatos tendem a dificultar a organização dos trabalhadores, fato agravado pelas mudanças estruturais no mundo do trabalho, com a pulverização das estações—que são cada vez mais presente nas casas dos próprios trabalhadores e nas empresas terceirizadas e menos nas empresas que se beneficiam em última instância do serviço contratado.

³⁰ Pejetização é a expressão utilizada para definir a prática de contratação de profissionais autônomos, que não possuem os mesmos direitos que os profissionais com carteira assinada, visando a redução do pagamento de encargos trabalhistas pela empresa. O profissional é contratado como um prestador de serviço (Pessoa Jurídica), mas exerce uma rotina de trabalho de empregado comum.

Essas mudanças alteram profundamente a convivência e a articulação política no seio da classe trabalhadora, o que por si só dificulta a participação na política do homem que só poderia participar da política se ela garantisse proventos, ou seja, aquele que é chamado por Weber de “homem que vive da política”.

Estão criadas, portanto, algumas condições para a redução drástica da articulação e participação política da classe trabalhadora, já profundamente limitadas pelo fato de os membros dessa classe terem que se dedicar, todos os dias, ao trabalho, à aquisição de uma renda doméstica e às obrigações pessoais e familiares, sem a possibilidade de viver para a política.

Em contraposição, as classes empresariais podem terceirizar a gestão das suas empresas, mas também do seu patrimônio e do próprio lar ou da família. Neste último caso, vale ressaltar a ampla gama de serviços aos quais dispõem as classes mais abastadas, com faxineiras, seguranças, motoristas, babás, tutores, professores, personal trainers, psicólogos entre outros profissionais.

Esse exército de mão de obra excedente voltado para serviços pode ajudar a garantir o bom funcionamento do ambiente doméstico para que os chefes de família das classes dominantes dediquem seu tempo às atividades políticas e possam garantir, cada vez mais, o benefício moral de serem homens – ou mulheres – “que vivem para a política”.

4.6. Jair Bolsonaro como cabo eleitoral: o embalo na extrema-direita

Como visto, os empresários Doria e Zema tornaram-se governadores dos dois maiores colégios eleitorais do Brasil para ocupar o vazio da política deixado pela irrelevância na qual caíram os intermediários do projeto político da classe dominante a partir da crise política.

Além disso, ascenderam no bojo da valorização da figura do empresário como líderes – morais e intelectuais – de uma sociedade que se agarrou à ideia de empreendedorismo e do homem como “empresa de si” para sobreviver ao mundo de instabilidade econômica e precarização do trabalho.

Apesar de esses dois pontos serem fundamentais para compreender a ascensão de Doria e Zema, é preciso ainda considerar um terceiro ponto, a adesão desses empresários-políticos às bandeiras da extrema-direita. Algumas análises captadas na imprensa e corroboradas pelos números apontam que, em determinado momento da campanha de ascensão política de ambos, o grande motor foram as pautas de extrema-direita, personificadas na figura do candidato à

presidência do país Jair Bolsonaro, na qual ambos se apoiaram para catapultar suas campanhas na reta final do pleito de 2018.

Uma análise publicada no site da revista Exame no dia 8 de outubro, depois do primeiro turno, atribuiu a subida de 10% para mais de 20% das intenções de voto em Romeu Zema em apenas uma semana ao apoio que ele recebeu do candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro. O texto diz que, até que demonstrasse apoio a Bolsonaro e se consagrasse como o candidato do antipetismo, Zema não havia emplacado.

Defensor do liberalismo, da meritocracia e da mudança na política, Zema não chegou lá graças a nenhuma dessas pautas, que, no conjunto, o mantiveram abaixo dos 10% ao longo de todo o primeiro turno. A subida veio quando Zema declarou apoio a Jair Bolsonaro (PSL) e passou a defender nas redes sociais ser a melhor opção para tirar o petista Fernando Pimentel (à época, governador do estado) (EXAME, 2018).

Em São Paulo, Doria também buscou apoio no nome de Bolsonaro e procurou associar o seu oponente, Márcio França, ao principal adversário político de Bolsonaro naquele momento, o Partido dos Trabalhadores, profundamente desgastado pela crise política.

Doria apontou França como um dos candidatos que chamou de “genéricos do PT”. “A esquerda do Márcio França será derrotada pelos mesmos brasileiros que derrotaram o Lula e o PT”, disse Doria ao fim da apuração do primeiro turno das eleições (G1, 2018).

A associação de Doria a Bolsonaro contou com uma campanha de marketing político que ficou conhecida na imprensa e nas redes sociais de ambos os candidatos como “bolsodoria”, impulsionada no início do segundo turno das eleições. Nas disputas para o segundo turno, enquanto o candidato do PSDB em São Paulo buscava representar o reacionarismo, no âmbito federal, esse papel cabia ao PSL, cujo candidato era Bolsonaro.

A campanha bolsodoria foi criada internamente no PSDB ainda antes do primeiro turno das eleições, até então, sem que Doria se manifestasse. Uma matéria de 20 de setembro de 2018 da Folha de S. Paulo apontou que Alckmin já via dissidências dentro do partido que se colocavam a favor da aproximação de Doria a Bolsonaro.

“Com sua base política esfarelada, o candidato a presidente tucano (Geraldo Alckmin) enfrenta a omissão de aliados, quando não a traição em seu quintal, o voto bolsodoria – para João Doria (PSDB) e Jair Bolsonaro (PSL) presidente”, diz a matéria, que antecipa, em pouco menos de um mês, o slogan que seria usado mais tarde (FOLHA DE S.PAULO/ BILENK, 2018).

Foi no intervalo entre o primeiro e o segundo turno que João Doria fez do bolsodoria uma campanha política oficial, com material físico, camisetas que ele próprio usou entre outras manifestações extraoficiais que ganharam as redes sociais naquele momento, tornando pública uma campanha que rodava apenas nos bastidores.

No dia 27 de outubro de 2018, na véspera do segundo turno, Doria foi às ruas vestindo uma camisa amarela com dizeres em verde escrito “bolsodoria” e confirmou sua posição: “cada um faz a sua opção, e eu não faço a opção pela esquerda, mas por Jair Bolsonaro” (FOLHA DE S.PAULO/ BALLOUSSIER, 2018). No dia seguinte, o então candidato foi votar usando novamente a camiseta amarela da campanha com os dizeres “bolsodoria” (O GLOBO, 2018).

Um levantamento feito pela Folha de S.Paulo apontou que a campanha de Doria buscando atrelar seu nome ao do então candidato de extrema-direita foi eficiente. Segundo o Núcleo de Inteligência Folha, “o tucano recebeu mais votos nas cidades em que Bolsonaro foi mais bem-sucedido (...) O inverso também foi visto nas urnas, ou seja, nos municípios em que o capitão reformado não foi tão bem, Doria seguiu o mesmo roteiro (FOLHA DE S.PAULO/ GARCIA/ POMBO, 2018)”.

O discurso contra o campo progressista também foi um dos pontos de contato que Zema usou para com a extrema-direita e os eleitores de Jair Bolsonaro. Na aparição em um debate na TV, no dia 3 de outubro, Zema pediu votos para o candidato a seu partido no pleito presidencial, mas também ao candidato Jair Bolsonaro.

"Aqueles que querem mudança, com certeza, podem votar aí nos candidatos diferentes, que são o (João) Amoêdo e o Bolsonaro (ESTADO DE MINAS, 2018)", disse Zema na ocasião. Ao fim do segundo turno, com Amoêdo fora da disputa para a presidência, Zema declarou apoio ao candidato do PSL via redes sociais.

Considerando posicionamento manifestado pelo DN NOVO, reitero que sou contrário ao PT. No segundo turno das eleições ao Governo de Minas irei trabalhar seguindo os valores e princípios do Partido e declaro meu voto à Presidência da República a favor do candidato Jair Bolsonaro (TWITTER/ ZEMA, 2018).

Assim como Doria, Zema se aproximou de Bolsonaro também apostando em um discurso de ataque ao campo progressista. Zema disse, em uma das suas aparições durante a campanha, que, “escola tem que ensinar português e matemática”, e que era contra levar para o ensino “questões de esquerda” porque “muitas vezes, o professor tem um viés”. “Sou favorável a ter

moral e cívica, coisa que tem faltado em Minas e no Brasil”, disse Zema ao relembrar da matéria obrigatória às escolas durante o período da ditadura militar (ESTADO DE MINAS, 2018).

A pauta mencionada por Zema era amplamente defendida pela campanha bolsonarista. Disse Hamilton Mourão, vice-presidente de Jair Bolsonaro, durante campanha eleitoral, em setembro de 2018: “a gente defende o resgate de valores, não só da disciplina, mas valores da nacionalidade que ficaram perdidos no caminho e que não foram incutidos na cabeça da criança e do jovem. O amor à verdade, lealdade, responsabilidade” (FOLHA DE S.PAULO, 2018).

Durante a entrevista depois do primeiro turno, Zema também se colocou ao lado de Bolsonaro na discussão acerca da pauta educacional, a respeito da discussão sobre gênero nas escolas: “Ele (Bolsonaro) também é crítico da ‘ideologia de gênero’ (...) Falar para alguém que ele ainda não é nem homem nem mulher, isso eu discordo. Todos nós nascemos biologicamente determinados”, disse Zema (FOLHA DE S.PAULO/ CARVALHO/ LINHARES, 2018).

Uma análise de Leonardo Barbosa e Silva, professor de ciência política na Universidade Federal de Uberlândia, à Gazeta do Povo, jornal mineiro, atribuiu a evolução de Zema a:

(...) ter se vinculado, bem na reta final do primeiro turno, ao candidato Jair Bolsonaro [PSL]. Ele tentou nacionalizar o embate em Minas Gerais (...) no momento em que o Zema se liga à candidatura nacional, sendo que o PSDB não fazia isso, ele tentou trazer para si o anseio da população que se filiou à campanha de Bolsonaro (GAZETA DO POVO, 2018)”.

Em Minas Gerais, mais de um terço das cidades do estado fez a dobradinha Zema e Bolsonaro no segundo turno de 2018. Foram 301 municípios nos quais ganharam tanto o então candidato do PSL como o do partido Novo (ESTADO DE MINAS/ DAMASCENO, 2018).

Os finais bem-sucedidos das campanhas de Doria e Zema parecem relacionados, entre outras questões, à capacidade que ambos tiveram de entender que a ação que definiria as eleições em seus estados – e no âmbito nacional – estavam relacionados ao que Weber chama de ação social afetiva, ou seja, quando os entes tomam decisões baseadas nos afetos.

Os eleitores foram impelidos por seus afetos, que, naquele momento, podem ser interpretados como predominantemente arredios aos nomes, figuras e representações da política tradicional. Os afetos foram reunidos em uma postura predominantemente antiesquerdista e antipetista pelo eleitorado, mas se espalharam por todo o espectro da política tradicional, inclusive sobre o campo conservador.

Toda ação humana, segundo Weber, é realizada visando determinadas metas ou valores. Os valores são o que Berlinck, no prefácio de *Ciência e Política: duas vocações* define como fenômenos culturais que não possuem bases científicas para sua elaboração (WEBER, 1967). Enquanto agiam racionalmente em suas ações políticas, Doria e Zema buscavam levar os eleitores para decisões menos racionais e mais afetivas.

Enquanto a disputa política nas urnas tende a essa irracionalidade, Zema e Doria operam utilizando-se do que Weber chama de ação social racional orientada a fins (*zwecrational*), que, segundo Berlinck, é a ação “baseada na expectativa de comportamento e objetos da situação externa e de outros indivíduos usando tais expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para a consecução bem-sucedida dos fins racionalmente escolhidos pelo próprio agente” (Ibidem, p.11).

Vale destacar que, a *zwecrational* é utilizada o tempo todo em projetos e campanhas políticas. Nos casos específicos - mas longe de serem únicos - de Doria e Zema, destaca-se o fato de a ação racional de ambos estar focada em despertar a ação afetiva em outros – os eleitores.

Neste caso, portanto, a ação social racional de Zema e Doria orientada a fins visa impelir a ação afetiva dos eleitores, ou seja, motivar uma ação irracional, com a finalidade de concluir a deterioração da política tradicional e, como objetivo final, concentrar o poder político na mão da classe dominante.

Porém, para além da posse temporária do executivo de seus estados, a ação social racional orientada a fins de Doria e Zema cumpre uma finalidade de classe, a de manter o poder da burguesia sobre a classe dominada depois que os intermediários perderam a capacidade de articulação de interesses da classe dominante no âmbito da política institucional.

Em caso de o estado ficar à deriva em um momento de crise política, ele, como centro de organização das classes dominantes, está sujeito à deterioração, o que abre espaço para a ascensão das classes subordinadas, ou seja, as classes trabalhadoras.

Surge, portanto, mais que a possibilidade, mas a necessidade de, em um momento desses, de deterioração do estado capitalista, os empresários tomarem posse de posições proeminentes na política. Enquanto governantes, Doria e Zema – membros da classe dominante - tocam o projeto político da própria classe dominante sem a necessidade de precisar de intermediários, tendo em vista manter a dominação da burguesia sobre as demais classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que esta dissertação é finalizada, entre novembro e dezembro de 2021, a política nacional parece viver um recuo da onda protofascista e das medidas neoliberais, mas, preocupantemente, ainda carecendo de novas ideias e, principalmente, de representatividade.

Zema e Doria enfrentam alta rejeição em seus estados, o que aponta para o fracasso da aventada “nova política” em Minas e São Paulo, além de um novo desânimo da população com as bandeiras neoliberais.

Em termos de política partidária, o Novo, de Zema, não emplaca como legenda que poderia ocupar o espaço aberto pela queda de representatividade do PSDB e como intermediário dos interesses da classe dominante, em especial, a burguesia financeira. O PSDB, por sua vez, vive uma degradação paulatina, agravada por episódios recentes.

O partido viveu as prévias para eleição presidencial de 2022 entre os dias 21 e 27 de novembro de 2021. O pleito foi polarizado por dois *self-made men*: João Doria, e Eduardo Leite, também empresário, como Doria, e governador do Rio Grande do Sul. Doria saiu vencedor, mas, como das outras vezes, precisou de um cenário atribulado para avançar.

Em paralelo, o PSDB sofre. As prévias tiveram adesão de apenas 3% dos filiados em uma primeira votação, em uma clara demonstração de abandono depois de uma eleição marcada por interrupções, suspeitas de fraude e ataques mútuos entre os candidatos da mesma legenda.

Em entrevistas à imprensa, os pré-candidatos e representantes do partido tentaram colocar panos quentes e falaram que a crise nas prévias está relacionada a problemas inerentes à democratização do processo, mas o que se viu de fato foi uma luta entre facções, e, principalmente, a tentativa de vender aos filiados uma ideia de aprofundamento da participação popular, quando o que se notou é justamente o contrário.

As prévias do PSDB de 2021 possuíram um sistema proporcional de votação, que produziu distorções que fizeram com que o voto de um vereador valesse 12 vezes o de um filiado sem mandato, e que o voto de figuras mais proeminentes valesse ainda mais. O sistema remete ao nada democrático voto censitário, que está diretamente relacionado ao velho patrimonialismo brasileiro e a uma democracia de baixíssima latência.

Mais do que o erro de um partido específico, a perda de fôlego do PSDB parece ser a síntese de um problema sistêmico da democracia liberal capitalista, que trabalha para construir uma

participação popular apenas marginal e nunca efetiva, que garanta ao sistema apenas uma aparência democrática suficiente para continuar funcionando. As classes dominadas devem se limitar a apertar o botão (da urna), e nunca operar a máquina.

Marx diz, no início do *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, sobre como os eventos tendem a se repetir dentro do estado capitalista por conta da característica cíclica da sociedade que ele produz, com crescimentos econômicos seguidos de crises, e aberturas políticas seguidas de recrudescimentos.

E essa característica da sociedade capitalista de reproduzir o passado é assombrosa, capaz de colocar o Brasil dos anos 2010/2020 ao lado da França pós-1848, como se as duas sociedades estivessem conectadas por um buraco de minhoca.

A República Francesa da metade do século 19, que se pintou como democrática e libertária, demonstrou-se despótica ao perceber que as classes subordinadas não estavam interessadas na vida que as classes dominantes tinham escolhido para elas.

Os mecanismos democráticos e os avanços sociais que a sociedade burguesa usou em sua luta contra a monarquia e o sistema feudal precisavam ser suspensos de tempos em tempos para evitar que houvesse uma radicalização da democracia.

Durante um dos períodos de fortalecimento democrático, antes dos eventos de 1848, a Assembleia Nacional da França passou a ser vastamente ocupada por forças progressistas moderadas, que, segundo Marx, acreditavam que as lutas deveriam ser guiadas até o limite das posses da pequena burguesia.

A socialdemocracia, criada pelos movimentos populares, acreditava que o avanço da sociedade necessariamente compreendia evitar a luta de classes, ou seja, prezavam pela conciliação entre as classes dominante e dominada, e não eram exatamente adeptas da revolução.

Esse movimento popular moderado na Assembleia francesa, chamado Montanha, acabou sendo expulso da Casa pelas forças conservadoras. Com a exclusão da sua força mais popular, a democracia burguesa simplesmente minguou, e o Partido da Ordem, que representava os interesses da grande burguesia, acaba se esfarelando no bojo da crise política incontornável.

O Partido da Ordem, que era o segundo mais representativo da Assembleia, acaba concordando em extinguir mecanismos fulcrais do sistema que havia criado e fomentado. O voto universal é extinto e, antes disso, a Assembleia é fechada pelo Executivo, presidido pela figura de Luís

Bonaparte, um reacionário patrimonialista que emerge no vazio da crise política e nos braços de uma fração do proletariado caracterizada pela ausência de consciência de classe.

Esses atributos todos de Bonaparte poderiam estar associados ao presidente eleito pelos brasileiros em 2018, Jair Bolsonaro.

É possível fazer muitos paralelos da experiência francesa desse período com o Brasil do início do século 21. A democracia se aprofunda ao longo dos anos com uma aceleração dos ganhos sociais e econômicos das classes trabalhadoras sob a liderança daquele que se tornou o partido mais popular do país, o Partido dos Trabalhadores, responsável por emplacar quatro vitórias seguidas nas eleições presidenciais.

A Montanha da França do século 18 e o PT do Brasil do século 21 aparecem inesperadamente como vórtices das crises da democracia burguesa, cada qual a seu tempo e lugar. As duas representações eram as forças populares que davam uma camada de legitimidade ao sistema, mas, à medida que faziam avançar os interesses das classes trabalhadoras, tiveram que ser solapadas do âmbito institucional, causando, dessa maneira, uma crise sistêmica.

Assim como o Partido da Ordem francês, o PSDB ajudou a semear a tempestade que veio varrer o de sua posição privilegiada. Como resultado, tanto aqui como lá, só restou entregar a República a um déspota que fosse capaz de operar a política e refrear o avanço das classes populares enquanto as classes dominantes se reorganizavam.

O Partido da Ordem se fragmenta em várias facções e, ao final, se une a Bonaparte, o déspota. No Brasil, remanescentes do PSDB dos tempos em que o partido era o principal intermediário das classes dominantes, reclamam exatamente do afastamento de muitos novos mandatários das posições tradicionalmente defendidas pelo partido.

Durante os conflitos das prévias do PSDB em 2021, o pré-candidato azarão, Arthur Virgílio, disse que sua missão era evitar a fragmentação do partido e, principalmente, sua “bolsonarização”, referindo-se ao que considera uma adesão crescente dentro do partido ao candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro.

O que se observa, portanto, é a resiliência do fantasma do autoritarismo, que sobrevive por conta da limitação que a sociedade liberal impõe a si mesma, de ser democrática, mas nem tanto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALESSI, Gil. **Geraldo Alckmin sobe ao ringue contra Doria em busca da candidatura à presidência**. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/31/politica/1504195861_478940.html>. Acesso em: 22.11.2021.
- ALMEIDA, Amanda; BRESCIANI, Eduardo. **Antiga filiação de Zema ao PR gera polêmica em Minas**. O Globo, Brasília, 23 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/antiga-filiacao-de-zema-ao-pr-gera-polemica-em-minas-23179097>>. Acesso em: 23.11.2021
- ALMEIDA, Amanda. **Zema, o boneco de loja que pode virar governador de Minas**. O Globo, Brasília, 19 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/zema-oboneco-de-loja-que-pode-virar-governador-de-minas-23168599>>. Acesso em: 23.11.2021
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- ANDRADE, J. El-Jaick. **Eduardo Bernstein e a socialdemocracia**. 2006. 34 pp (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- Antonio Anastasia. Biografia. Disponível em: <<http://anastasia.com.br/biografia/>>. Acesso em 22.03.2021.
- AUDI, Amanda. **Entrevista: “A imprensa ‘comprava tudo.’ Assessora de Sérgio Moro por seis anos fala sobre a Lava Jato**. The Intercept, 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/10/29/lava-jato-imprensa-entrevista-assessora/>>. Acesso em: 21.11.2021.
- AVILA, Róber I. **Do homem smithiano ao homo economicus: egoísmo e dissolução da moral**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2010.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia. **Na véspera da eleição, Doria samba, ora, usa camisa BolsoDoria e reclama de 'campanha suja'**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 27 de outubro de 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/na-vespera-da-eleicao->

doria-samba-ora-usa-camisa-bolsodoria-e-reclama-de-campanha-suja.shtml>. Acesso em: 25.11.2021

BBC. **Por que o ex-presidente Michel Temer foi preso?**. 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47657992>>. Acesso em: 21.11.2021

BENITES, Afonso. **Lava Jato avança sobre Aécio Neves enquanto PSDB sela acordo com Temer**. El País Brasil, 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/03/politica/1462228800_933117.html>. Acesso em: 18.11.2021

BIANCHI, Paula; DEMORI, Leandro; HAIDAR, Daniel, ROSSI, Marina. **Como os grandes bancos escaparam da Lava Jato**. El País Brasil, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/16/politica/1565978687_974717.html>. Acesso em: 21.11.2021

BILENK, Thais. **Com base esfarelada, Alckmin enfrenta voto Bolsodoria em São Paulo**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 20 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/com-base-esfarelada-alckmin-enfrenta-voto-bolsodoria-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 25.11.2021.

BILENK, Thais. **Doria recua do Planalto e mira governo de São Paulo**. Folha de S.Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1937126-doria-recua-do-planalto-e-mira-governo-de-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 23.11.2021

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas, SP: Editora da Unicamp / Editora da Unesp, 2018.

Bolsonaro quer resgatar educação moral e cívica no currículo das escolas. Folha de S.Paulo, Brasília, 25 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/bolsonaro-quer-resgatar-educacao-moral-e-civica-no-curriculo-das-escolas.shtml>>. Acesso em: 25.11.2021.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de A. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência**. FGV/IBRE. São Paulo, N°7, páginas, página 44.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional** nº 95, de 15 de dezembro de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional** nº 103, de 12 de novembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.467, de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).**

Câmara Federal. Geraldo Alckmin Filho. Disponível em
<<https://www.camara.leg.br/deputados/65480/biografia>>. Acesso em 22.03.2021

CAMPOS, João Pedroso. **Justiça bloqueia R\$ 11,3 milhões de Alckmin na ‘Lava Jato Eleitoral’.** Veja, 2020. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/politica/justica-bloqueia-r-113-milhoes-de-alcmin-na-lava-jato-eleitoral/>>. Acesso em: 21.11.2021

CARDOSO, Fernando Henrique. **Socialdemocracia, o que é, o que propõe para o Brasil.** São Paulo: 1990. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/files/social_democracia.pdf>. Acesso em 18.11.2021.

CARVALHO, Daniela; LINHARES, Carolina. **Surpresa no 2º turno de MG, Zema surfa em Bolsonaro e já ameaça deputados.** Folha de S.Paulo, 8 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/surpresa-no-2o-turno-de-mg-zema-surfa-em-bolsonaro-e-ja-ameaca-deputados.shtml>>. Acesso em: 25.11.2021

CHAIA, Vera; FERNANDES, Carla; MARTINS, Thamiris; OLIVEIRA, Luiz Ademir. **Campanha permanente e espetacularização política: análise das estratégias narrativas de João Doria (PSDB) na fanpage.** Disponível em:
<<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/906>>. Acesso em: 22.11.2021.

CIPRIANI, Juliana. **'Está sendo bem aplicado', diz Zema sobre opção por receber salário e doar dinheiro.** Estado de Minas, 2019. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/10/09/interna_politica,1091440/esta-sendo-bem-aplicado-diz-zema-sobre-opcao-por-receber-salario-e.shtml>. Acesso em 23.11.2021.

CORDEIRO, Tiago. **Filho de deputado de esquerda e exilado na ditadura: o DNA político de João Doria que você não conhece.** São Paulo, Gazeta do Povo, 14 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/filho-de-deputado-de-esquerda-e-exilado-na-ditadura-o-dna-politico-de-joao-doria-que-voce-nao-conhece-6t749rjhb2bnk5efrgek45a2c/>>. Acesso em: 24.11.2021.

COVAS, Mário. **O desafio de ser presidente: compromisso com a democracia, a justiça e o desenvolvimento.** Brasília, Senado Federal, 1989. Disponível em
<<https://tucano.org.br/choque-do-capitalismo/>>. Acesso em 19.11.2021

DAMASCENO, Renan. **Mais de um terço de MG votou em Zema e Bolsonaro**. Estado de Minas, 10 de outubro de 2018. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/10/interna_politica,996042/mais-de-um-terco-de-mg-votou-em-zema-e-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 25.11.2021.

DAMASCENO, Renan; MARQUES, João Vitor. **Romeu Zema, do Novo, encerra debate pedindo votos para Amoêdo e Bolsonaro**. Estado de Minas, Minas Gerais, 3 de outubro de 2018. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/03/interna_politica,993754/romeu-zema-encerra-debate-pedindo-votos-para-amoedo-e-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 25.11.2018.

DANTAS, Dimitrio. **Em SP, Doria vota com camiseta 'BolsoDoria' e sem apoio de Alckmin**. O Globo, São Paulo, 28 de outubro de 2018. Disponível em

<<https://oglobo.globo.com/politica/em-sp-doria-vota-com-camiseta-bolsodoria-sem-apoio-de-alckmin-23192362>>. Acesso em: 25.11.2021

DEDECCA, C. Salvadori. **Anos 90: A estabilidade com desigualdade**. Revista do TRT da 15ª Região. Campinas, Nº 17, páginas 261-281, dezembro de 2001.

DORIA, João. **Farei a doação do meu salário integral...** São Paulo, 7 de abril de 2020. Twitter: @jdoriajr.

DUAILIBI, Julia. **A guerra do cashmere**. Revista Piauí. Rio de Janeiro, Nº 119, agosto de 2016. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/guerra-do-cashmere/>>. Acesso em: 22.11.2021.

EDELMAN Trust Barometer 2018. Edelman, São Paulo, 21 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.edelman.com.br/estudos/trust-barometer-2018#>>. Acesso em: 23.11.2021

ENGELS, F.; MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre, RS: Editora L&PM Pocket, 2012.

Estadão. **Em dia de eleição, Doria reforça apoio a Bolsonaro e o classifica como centro-direita**. Youtube, 28 de out. de 2018. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=z8RvYFFZVos>>

FARIAS, Francisco P. **Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas**. Crítica Marxista. São Paulo, Nº 28, páginas 81-98, 2009.

Fenômeno eleitoral em Minas, Romeu Zema é o “rei dos grotões”. Exame, São Paulo, 8 de agosto de 2018. Disponível em <<https://exame.com/negocios/fenomeno-eleitoral-em-minas-romeu-zema-e-o-rei-do-grotoes/>>. Acesso em: 23.11.2021

FERRAZ, Adriana; VENCESLAU, Pedro. **Em reunião do PSDB, Alckmin critica Doria: “Traidor eu não sou”.** O Estado de S.Paulo, São Paulo, 09 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,em-reuniao-do-psdb-alckmin-critica-doria-traidor-eu-nao-sou,70002540842>>. Acesso em: <23.11.2021>

FGV CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Verbetes: Antônio Augusto Junho Anastasia.** Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-augusto-junho-anastasia>>. Acesso em 01.11.2021.

FGV CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Verbetes: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).** Disponível em <<https://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-social-democracia-brasileira-psdb>>. Acesso em 01.11.2021.

FGV CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Verbetes: Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.** Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac>>. Acesso em 20.11.2021

Folha de S.Paulo. **Após reprovação recorde, Temer encerra governo com rejeição em queda, mostra Datafolha.** 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/apos-reprovacao-recorde-temer-encerra-governo-com-rejeicao-em-queda.shtml>>. Acesso em: 21.11.2021.

FRANZON, Davi. **A eleição de João Doria Junior: a ascensão do partido de modelo empresarial?** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2018.

FREIRE, Diego; OTOBONI, Jéssica. **Relembre todas as 79 fases da operação Lava Jato, que chegou ao fim.** CNN, 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/seis-anos-da-lava-jato-relembre-todas-as-fases-da-operacao/>>. Acesso em: 21.11.2021.

G1. **Lava Jato denuncia José Serra por lavagem de dinheiro, e PF cumpre mandado de busca contra o ex-governador.** 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/03/pf-cumprer-mandados-da-lava-jato-em-sao-paulo.ghtml>>. Acesso em: 21.11.2021.

GARCIA, Guilherme; POMBO, Cristiano C. **Dobradinha 'Bolsodoria' impulsiona vitória de tucano no governo de SP**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 29 de outubro de 2018.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/dobradinha-bolsodoria-impulsiona-vitoria-de-tucano-no-governo-de-sp.shtml>>. Acesso em: 25.11.2018.

GASPAR, Malu. **O fiador**. Revista Piauí. Rio de Janeiro, Nº 144, setembro de 2018.

GIELOW, Igor. **Alckmin supera Doria na preferência do paulistano para a eleição de 2018**. Folha de S.Paulo. Outubro, 2017. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidian/2017/10/1925265-alckmin-supera-doria-na-preferencia-do-paulistano-para-a-eleicao-de-2018.shtml>>. Acesso em: 23.11.2021.

GUARNIERI, Fernando. **Organização, estratégia e desempenho partidário nas eleições municipais paulistanas de 2016**. Rev. Parlamento e Sociedade, São Paulo, Volume 5, Nº 8, p. 17-42, jan./jun. 2017.

GUIOT, André P. **A construção da ideologia neoliberal no PSDB (1988-1994)**. XIV

Encontro Regional da Anpuh-Rio Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010, Páginas 1 a 10.

HECLO, H. Campaigning and governing: a conspectus. 2000. In: ORNSTEIN, N.; MANN, T (Eds.). **The Permanent Campaign and its Future**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2000.

HIRATA, Taís. **Construtoras da Lava Jato tentam se reerguer**. Valor Econômico, 2021.

Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/05/28/construtoras-da-lava-jato-tentam-se-reerguer.ghtml>>. Acesso em: 22.11.2021

IPO do Grupo Lide mede o valuation de Doria. Relatório Reservado, 3 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://relatorioservado.com.br/noticias/ipo-do-grupo-lide-mede-o-valuation-de-doria/>>. Acesso em: 23.11.2021.

IZIQUE, Claudia. **O perfil partidário brasileiro**. Pesquisa Fapesp, 2002. Disponível em:

<<https://revistapesquisa.fapesp.br/o-perfil-partidario-brasileiro/>>. Acesso em: 18.11.2021.

José Serra. Biografia. Disponível em <<http://www.joseserra.com.br/biografia/>>. Acesso em 22.03.2021.

KADANUS, Kelli. **No 2º maior colégio eleitoral, Romeu Zema é o primeiro governador eleito pelo Novo**. Gazeta do Povo, 28 de outubro de 2018. Disponível em:

<<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/quem-e-novo-governador-minas-gerais-romeu-zema-partido-novo/>>. Acesso em: 25.11.2018.

LIMA, Glaucia T.N. **O natural e o construído: a estação balneária de Araxá nos anos 1920-19401**. Rev. Bra. Hist. Nº26, junho de 2006.

MACIEL, David. **O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil**. Revista UFG, Goiânia, GO, volume 11, ano 12, páginas 98-108, dezembro de 2011.

MARTINS, Raphael. **Da “união” ao racha: o que deu errado nas prévias do PSDB?**. Site da revista Exame. Disponível em <<https://exame.com/brasil/da-uniao-ao-racha-o-que-deu-errado-nas-previas-do-psdb/>>. Acesso em: 21.11.2021

Novelas do Canal Viva. **Propaganda Eleitoral Gratuita – João Doria e Márcio França – (12/10/2018)**. Daily Motion, 12 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.dailymotion.com/video/x6vl7dl>>

O POVO. **Mario Covas Neto anuncia saída do PSDB e acusa partido de “abandonar origens”**. 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/ae/2018/03/mario-covas-neto-anuncia-saida-do-psdb-e-acusa-partido-de-abandonar-o.html>>. Acesso em: 21.11.2021

Parlamentares, juristas e executivos discutem reformas estruturais e estabilidade institucional no 19º Fórum Empresarial LIDE. Líder.Inc, 11 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://lider.inc/noticias/economia/parlamentares-juristas-e-executivos-discutem-reformas-estruturais-e-estabilidade-institucional-no-19-forum-empresarial-lide>>. Acesso em: 24 de dezembro de 2021.

Partido Novo. Prestação de contas. Disponível em <<https://novo.org.br/acompanhe/prestacao-de-contas/>>. Acesso em: 23.11.2021

PAULO, Paula P. **Doria declara apoio a Bolsonaro e diz que derrotará 'esquerda' em São Paulo**. G1, 7 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/doria-declara-apoio-a-bolsonaro-e-diz-que-derrotara-esquerda-em-sao-paulo.ghtml>>. Acesso em: 25.11.2021

PERCEPÇÕES e valores políticos nas periferias de São Paulo. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>>. Acesso em: 23.11.2021.

PEREIRA, Joelma. Congresso em foco. **Aécio Neves vira réu na Lava Jato por corrupção passiva e tentativa de obstruir a justiça**. 2018. Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/aecio-neves-vira-reu-da-lava-jato-por-corrupcao-passiva-e-tentativa-de-obstruir-a-justica/>>. Acesso em: 21.11.2021

PITOMBO, Pedro P. **Conheça a história das três gerações de 'Joões Dorias' que entraram na política**. Folha de S.Paulo, Salvador, 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1845402-conheca-a-historia-das-tres-geracoes-de-jooes-dorias-que-entraram-na-politica.shtml>>. Acesso em: 24.11.2021.

Portal do Governo de Minas Gerais. Aécio Neves. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/governador/aecio-neves>>. Acesso em 22.03.2021.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

Profissão dos candidatos: Empresário. Gazeta do Povo, Minas Gerais, 22 de agosto de 2018. Disponível em <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/graficos/profissao-dos-candidatos-empresario/>>. Acesso em: 25.11.2021.

Relatório anual 2018. Febraban. 2018. Disponível em: <<https://relatorioanual2018.febraban.org.br/pt/mensagem-do-presidente.html>>. Acesso em: 25.11.2021.

Revista da Indústria, Nº 110, agosto de 2005. **O tempo não espera**, p. 17-19.

Revista da Indústria, Nº 130, julho de 2007. **O governo na contramão**, p. 18-23.

RIBEIRO, Aline; TAVARES, Flávia. João Doria: **"Eu não sou político, não"**. Época, São Paulo, 25 de abril de 2017. Disponível em<<https://epoca.oglobo.globo.com/politica/noticia/2017/04/joao-doria-eu-nao-sou-politico-nao.html>>. Acesso em: 23.11.2021

RODRIGUES, Fernando. **Doria decepciona e empata com Alckmin, diz DataPoder360.**

Poder 360, 2018. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/poderdata/bolsonaro-e-lider-doria-decepciona-e-empata-com-alckmin-diz-datapoder360/> >. Acesso em: 23.11.2021

ROUSSEAU, J.J. **Do contrato social**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2011.

SAES, Décio. **A República do Capital – capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo, SP: Boitempo, 2001.

SALOMON, Marta. **O campeão de verba pública**. Revista Piauí, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-campeao-da-verba-publica/>>. Acesso em: 23.11.2021.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1964.

SEABRA, Catia. **Aplaudido de pé, Temer apresenta programa do PMDB a empresários**. Folha de S.Paulo, 2015. Disponível em: < <https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1716156-aplaudido-de-pe-temer-apresenta-programa-do-pmdb-a-empresarios.shtml> >. Acesso em: 25.11.2021.

Sem censura. **Ricardo Zema conta a história da sua família e do Grupo Zema**.

Apresentação de Germano Afonso. Minas Gerais. Diário de Araxá, 16 de maio de 2014.

Disponível em: <<https://www.diariodearaxa.com.br/ricardo-zema-counta-a-historia-da-sua-familia-e-do-grupo-zema/>>. Acesso em: 24.11.2021.

SILVA, Cleide. **Sindicatos perdem 90% da contribuição sindical no 1º ano após reforma**.

Estadão Conteúdo/ publicado por UOL, São Paulo, 5 de março de 2019. Disponível em:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/03/05/sindicatos-perdem-90-da-contribuicao-sindical-no-1-ano-da-reforma-trabalhista.htm>>. Acesso em: 25.11.2021

SIMÕES, Lucas. **Partido Novo lança Romeu Zema ao governo do Estado na primeira**

convenção em Minas. Hoje em dia, Belo Horizonte, 21 de julho de 2018. Disponível em:

<<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/partido-novo-lan%C3%A7a-romeu-zema-ao-governo-do-estado-na-primeira-conven%C3%A7%C3%A3o-em-minas-1.641787>>. Acesso em: 23.11.2021

SINGER, André. **Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)**. Novos Estudos. São Paulo, Nº 102, páginas 39-67, julho de 2015.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América: sentimentos e opiniões Livro II**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2014.

TSE. **Partidos políticos receberam R\$ 1,7 bilhão do Fundo Eleitoral em 2018**. Brasília, 18 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Janeiro/partidos-politicos-receberam-r-1-7-bilhao-do-fundo-eleitoral-em-2018>>. Acesso em: 23.11.2021

TSE. **Partido Novo – Liberdade ainda que tardia – Plano de governo – Romeu Zema, candidato ao governo de Minas Gerais**. Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MG/2022802018/130000600702//proposta_1533160671813.pdf>. Acesso em: 23.11.2021.

TSE. **Plano de governo Antonio Anastasia**. Minas Gerais, 2010. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2010/14417/BR/MG/3/130000000950/proposta.pdf>>. Acesso em: 23.11.2021.

Tudo sobre: João Doria Jr. Época, 22 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://epoca.oglobo.globo.com/tudo-sobre/noticia/2016/09/joao-doria-jr.html>>. Acesso em: 24.11.2021.

TV Cultura. **João Doria, candidato à presidência em 2018? | Giro com Willian Corrêa**. Youtube, 04.09.2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ekz3V8z0a-w>>

TV Cultura. **João Doria não se considera um político**. Youtube, 08.11.2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hL51hvAGpyU>>

Uma ponte para o futuro. Fundação Ulysses Guimarães/PMDB: Brasília, 29 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 25.11.2021.

União Nacional dos Estudantes (UNE). José Serra. Disponível em: <<https://www.une.org.br/presidentes/jose-serra/>>. Acesso em 22.03.2021.

Valor Econômico. **Nunca um governo fez tanto por nosso setor**. Publicado em 05.04.2010. Disponível em <<https://pcb.org.br/portal2/401/qnunca-um-governo-fez-tanto-por-nosso-setor-o-governo-lula-foi-excepcional-para-o-nosso-negocio-fico-ate-emocionadoq-diz-fundador-da-udr/>>. Acesso em 20.11.2021.

VENAGLIA, Guilherme. **Alckmin e Doria reafirmam apoio entre eles, mas não garantem exclusividade**. Site da Revista Veja, São Paulo, 20 de julho de 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/alckmin-e-doria-reafirmam-apoio-entre-eles-mas-nao-garantem-exclusividade/>>. Acesso em: 23.11.2021

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1967.

YAMAMOTO, Karina L. **As manifestações de junho de 2013 no Jornal Nacional: uma pesquisa em torno da instância da imagem ao vivo**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 69 a 74. 2016.

ZAREMBA, Júlia. **Doria doa primeiro salário e 'multas' de secretários atrasados para instituição**. Folha de S.Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/doria-doa-primeiro-salario-e-multas-de-secretarios-atrasados-para-instituicao.shtml>>. Acesso em 21.11.2021.